

UNIVERSIDADE FERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MIRIAN BARBOSA DE MORAIS MARTINS

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE
GOIÁS**

GOIÂNIA, 2014

MIRIAN BARBOSA DE MORAIS MARTINS

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE
GOIÁS**

Monografia apresentada como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dra. Maria Margarida Machado, da Universidade Federal de Goiás, UFG.

Goiânia, 2014

MIRIAN BARBOSA DE MORAIS MARTINS

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE
GOIÁS**

Monografia apresentada como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dr^a. Maria Margarida Machado, da Universidade Federal de Goiás, UFG.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Maria Margarida Machado (orientadora)
UFG – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Ms. Cláudia Borges Costa
SME – Secretaria Municipal de Educação

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele eu não teria forças para essa longa e difícil jornada,

Agradeço aos meus professores por terem compartilhado parte de seu conhecimento que tanto me ajudaram na conclusão desta monografia. Em especial quero agradecer a professora orientadora Dra. Maria Margarida Machado por todo o tempo e paciência na orientação e pelos muitos incentivos dedicados a mim para conclusão deste trabalho,

Agradeço ao carinho e compreensão de meu cônjuge Geovanio Adriano, agradeço a minhas grandes amigas Luciene e Bruna por ter compartilhado de meus sonhos, anseios e dificuldades. A toda minha família, em especial minha mãe e amigos queridos que nunca descreditaram de meu sucesso.

RESUMO

Com o objetivo de analisar a oferta da escolarização para jovens e adultos trabalhadores pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc – GO), no período de 1996 a 2013, compreendendo a relação entre oferta e demanda de escolarização para este público no estado de Goiás, esta pesquisa surgiu do seguinte problema: como afirmar, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante ação de integração sociocultural se atualmente ocorre uma redução dessas ações ofertadas pela Seduc – GO? A metodologia utilizada para realização desta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira permitiu contextualizar o atendimento o atendimento da Seduc – GO para com o sujeito da EJA. A segunda foi importante para conhecer qual é a concepção de EJA apresentada nos documentos legais. Utilizamos o Método Estatístico, que foi fundamental para comprovar se no estado de Goiás a EJA está se efetivando como ação de integração sócio-cultural, pois analisamos a partir dos dados de matrículas, estabelecimentos e funções docentes da secretaria de estado da educação. A partir desses dados foi verificar que as ações da Seduc – GO para atender o sujeito da EJA não estão sendo cumpridas.

Palavras – chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Secretaria de Estado da Educação (Seduc – GO).

LISTA DE SIGLAS

Ceaa – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Seduc – GO – Secretaria Estadual de Educação de Goiás

Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

DNE – Departamento Nacional de Educação

Cner – Campanha Nacional de Educação Rural

UNE – União Nacional dos Estudantes

MEB – Movimento de Educação de Base

Cnbb – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Ceplar - Campanha de Educação Popular da Paraíba

PNA - Plano Nacional de Alfabetização

Cruzada ABC - Ação Básica Cristã

G1- Grupo Interministerial

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

CES – Centro de Ensino Supletivo

PEI – Programa de Educação Integrada

Ldben – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara da Educação Básica

Desu – Departamento de Ensino Supletivo

Supenfor – Superintendência de Ensino Não – Formal

Seadec – Superintendência de Educação a Distância e Continuada

Coedi – Coordenação de Educação a Distância

Geeja – Gerência de EJA

SEC – Secretaria de Educação e Cultura de Goiás

CEE – Conselho Estadual de Educação

UEG – Universidade Estadual de Goiás

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Índices de Analfabetismo da população de 15 a 69 anos – 1960.....	14
Tabela 2: Professores que trabalham em outra modalidade de ensino e/ou instituição – Goiás.....	38
Tabela 3: Formação do professor da EJA – Goiás.....	41
Quadro 1. Número total de Matriculados na EJA nas redes Estadual e Municipal de ensino no estado de Goiás.....	28
Quadro 2: Número de pessoas, na faixa etária acima de 15 anos que nunca frequentou escola.....	30
Quadro 3: Número de Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (Goiás) – 1996 – 2013.....	43
Quadro 4. Número total de Matriculados na EJA nas redes Estadual e Municipal de ensino no estado de Goiás.....	46
Quadro 5: Número de pessoas que nunca frequentou creche ou escola por faixa etária (Goiás).....	47
Quadro 6: Matrícula - Ensino Fundamental EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013.....	48
Quadro 7: Matrícula – Ensino Médio EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013.....	50
Quadro 8: Número de Funções Docentes na Educação de Jovens e Adultos por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação (Goiás) – 1996 a 2013.....	54

LISTA DE GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico 1: Número de Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (Goiás) – 1996 – 2013.....	43
Gráfico 2: Número de Matrículas na EJA por dependência Administrativa – 2002 – 2013.....	46
Gráfico 3: Número de pessoas que nunca frequentou creche ou escola por faixa etária – (Goiás).....	48
Gráfico 4: Matrícula - Ensino Fundamental EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013.....	49
Gráfico 5: Matrícula – Ensino Médio EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013...	
Gráfico 6: Número de Funções Docentes na EJA (Goiás) – 1996 a 2013.....	54
Imagem 1: Resumo Geral dos Questionários Diagnósticos EJA.....	35
Imagem 2: perfil dos alunos da EJA, de acordo com gênero, etnia, estado civil, idade e etapa que estuda – Goiás.....	37
Imagem 3: Perfil socioeconômico dos alunos da EJA.....	38
Imagem 4: Perfil dos professores da EJA, de acordo com gênero, idade, estado civil e situação funcional.....	42
Imagem 5: Matrícula na Educação de Jovens e Adultos por dependência administrativa (Goiás) – 1999 a 2006.....	47
Imagem 6: Formação Continuada de professores (Goiás).....	54
Imagem 7: Propaganda EJA – 2º Grau no setor de Campinas.....	56
Imagem 8: Colégio de Ensino Supletivo Impacto.....	57
Imagem 9: Propaganda do Colégio Evident.....	58
Imagem 10: Panfleto do Colégio Evident.....	59
Imagem 11: Anúncio de EJA Jornal Daqui.....	60

SUMÁRIO

Introdução	
Capítulo 1: A Educação de Jovens e Adultos no Contexto Nacional e em Goiás	
1.1 Aspectos Históricos da EJA no Brasil	
1.2. Contexto histórico do atendimento da escolarização de jovens e adultos trabalhadores em Goiás pela Seduc – GO	
1.2.1 Diretrizes legais para o atendimento de escolarização de jovens e adultos trabalhadores do estado de Goiás	
Capítulo 2: EJA em Goiás: Um Olhar a Partir de Documentos e Imagens	
2.1. Sujeitos da EJA segundo as Diretrizes da EJA/Seduc – GO	
2.1.1 Os alunos da EJA no Estado de Goiás	
2.1.2 Os professores da EJA no Estado de Goiás	
2.2. Concepção e realidade da EJA a partir das metas do PEE/GO	
2.3. Concepção e realidade da EJA veiculado nas propagandas	
Considerações Finais	
Anexos	

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a oferta da escolarização para jovens e adultos trabalhadores pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc)- GO no período de 1996 a 2013 compreendendo a relação entre oferta e a demanda de escolarização para este público no estado de Goiás. Também objetivou-se com esta pesquisa investigar como ocorrerá uma integração sócio-cultural do sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), se atualmente ocorre uma redução do número de turmas ofertadas pela Seduc – GO. Para verificar se há mesmo uma redução de turmas da EJA, foi necessário buscar nos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) o número de matrículas nos últimos anos, dados de Funções Docentes e Estabelecimentos da EJA.

As questões apresentadas a seguir vieram à tona a partir de leituras feitas sobre a área, e de inquietações sobre a realidade da EJA no estado de Goiás. Dessa forma, era fundamental se perguntar: no estado de Goiás qual é o atendimento oferecido pela Seduc - GO para com o sujeito da EJA? Se existe esse atendimento, em que medida essa modalidade de ensino contribui para uma ação de integração social e cultural? Como afirmar, que a Educação de Jovens e Adultos nos estado de Goiás é uma importante ação de integração sócio-cultural se atualmente ocorre uma redução no número de turmas ofertadas pela Seduc?

A EJA é uma modalidade de ensino onde não se aprende apenas o conhecimento científico (Matemática, Português, História, Geografia, Ciências), mas é lugar de uma reparação cultural, social, política de um direito negado (educação) aos sujeitos que foram forçados a abandonar ou nunca tiveram oportunidade de frequentar a escola.

Tendo em vista que a EJA tem uma função reparadora (BRASIL, 2000a) para com os que não tiveram acesso e nem domínio da leitura e escrita, e também se configura como uma ação de integração sócio-cultural, possibilitando a esses sujeitos uma nova inserção no mundo social, cultural, com a finalidade de exercer uma cidadania plena. Dessa maneira, fez – se necessário indagar: como essa função irá se efetivar com a redução no número de turmas?

Para efetivação deste trabalho foi fundamental conhecer primeiramente os

conceitos de Ciência, Ciências Humanas e Pesquisa em Educação para se obter um embasamento teórico para a realização da pesquisa, baseados nos seguintes autores: Lakatos (2003), Oliveira (1989), Severino (2013), que constituíram a base dessa monografia. De acordo com Lakatos (2003), a ciência é uma sistematização de conhecimentos, e que, portanto, é um saber ordenado logicamente e submetido à verificação.

A educação é um dos meios que possibilita os indivíduos mudarem sua realidade. Porém, muitos tiveram este direito constitucional negado em sua faixa etária indicada, como diz Freire (1981, p.16) “ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra. Em certas circunstâncias, o analfabeto é o homem que não necessita ler, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler”. Freire (1981, p.16) ainda continua “o analfabeto é aquele ou aquela que, “participando” de uma cultura letrada, não tiveram a oportunidade de alfabetizar-se”. E após muitos anos esses indivíduos decidem retornar à sala de aula, normalmente para tentar uma modificação profissional e conseqüentemente acabam passando também por um processo sócio-cultural que é um dos sentidos da escola.

É a partir das três funções da EJA relatada no Parecer de Jamil Cury (BRASIL, 2000) considera-se esta modalidade de ensino como ação integração sócio-cultural, pois a primeira é a função reparadora, significa “não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (p. 09). Dessa forma, é possibilitar a esses sujeitos uma nova inserção no mundo social, cultural, com a finalidade de exercer uma cidadania plena.

A segunda função, é a equalizadora no qual possibilita aos “indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação” (Idem, p.09). E por último é a função permanente ou qualificador tem a “tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida”.(Ib. idem, p.11)

É devido a isso que este tema é de grande relevância, pois pretendeu analisar a oferta da escolarização para jovens e adultos trabalhadores pela Seduc - GO no período de 1996 a 2013, compreendendo a relação entre oferta e a demanda de escolarização para

este público no estado de Goiás, para isso será necessário pesquisar se há uma redução das turmas ofertadas pela secretaria destinada à EJA, estão se efetivando no estado de Goiás, pois a educação é um direito de todos, como está relatada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 5º “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”.

Para isso, fez – se necessário conter os seguintes objetivos específicos: Contextualizar o atendimento da Seduc - GO para escolarização de jovens e adultos trabalhadores no estado de Goiás; Identificar se a Educação de Jovens e Adultos – EJA está se efetivando, no estado de Goiás, como ação de integração sócio-cultural, a partir da análise de matrículas da Seduc - GO e da demanda potencial para essa escolarização.

Para o desenvolvimento desta monografia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi importante para contextualizar o atendimento para escolarização de jovens e adultos trabalhadores tanto no Brasil quanto no estado de Goiás, com embasamento nos seguintes autores: Machado (2001), Lourenço Filho (1947), Paiva (1987). E também, para aprofundar os conhecimentos a cerca dos sujeitos e concepções de EJA Soares (2008), Zanetti (2008).

A pesquisa documental foi realizada a partir de documentos federais e estaduais como: Brasil (1996), Brasil (2000a), Brasil (2000b), Goiás (2010), Goiás (2005a), Goiás (2005b), Goiás (2008), Goiás (1998), Inep (2011).

Nessa pesquisa utilizamos o Método Estatístico, que foi fundamental para comprovar se no estado de Goiás a EJA está se efetivando como ação de integração sócio-cultural, pois analisei a partir dos dados de matrículas da Secretaria Estadual de Educação e da demanda potencial para essa escolarização. Portanto, é uma pesquisa quantitativa (método estatístico) e qualitativa, pois os dados coletados foram analisados.

No primeiro capítulo, fiz uma breve contextualização do atendimento da Seduc – GO para com o sujeito da EJA abrangendo o contexto nacional e o estadual, com o objetivo de fazer um levantamento histórico das ofertas e ações para o jovem adulto trabalhador. No segundo capítulo, apresento se este atendimento está sendo efetivado em Goiás, para isto fez – se necessário utilizar dados estatísticos contendo número de

matrículas, funções docentes e estabelecimentos do estado e também, de alguns dados do município de Goiânia.

Portanto, o objetivo desta monografia foi de analisar a oferta da escolarização para jovens e adultos trabalhadores pela Secretaria Estadual de Educação – Seduc – GO, no período de 1996 a 2013, compreendendo a relação entre oferta e a demanda de escolarização para este público no estado de Goiás.

CAPÍTULO 1

Educação de Jovens e Adultos no contexto nacional e em Goiás

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está embasada em lutas sociais com o propósito de, viabilizar o acesso de instrução pública para todos, proporcionando o exercício da cidadania na sociedade e para reparar àqueles que tiveram um direito constitucional negado, que neste caso é a educação. E devido também, ao processo de urbanização e industrialização, trazendo assim, a necessidade de imposição da qualificação de mão-de-obra.

A escolarização de jovens e adultos trabalhadores no estado de Goiás oferecida pela Secretaria Estadual de Educação, será retratada a partir da modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), que a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) foi reconhecida legalmente como uma modalidade de ensino da Educação Básica, sendo que esta passa a ser obrigatória e como direito público subjetivo .

Serão apresentadas neste capítulo as trajetórias da EJA em âmbito nacional para compreender o contexto dessa modalidade de ensino no estado de Goiás, e também, a legislação que está vigente no momento. O contexto histórico da EJA no estado irá retomar as várias mudanças que a modalidade passou, os primeiros programas e projetos e as ações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação.

Para retomar a legislação vigente no estado de Goiás, serão apresentadas algumas leis, planos, projetos, pareceres e resoluções com regras e parâmetros para o oferecimento da EJA no estado de Goiás, abordando o atendimento pela Seduc – GO para jovens e adultos trabalhadores. E por último, analisar as funções da EJA de reparação, equalizadora e qualificadora a partir da legislação vigorada para esta modalidade de ensino no estado de Goiás.

1.1.Aspectos históricos da EJA no Brasil

Com base no documento das Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Brasil (BRASIL, 2000a), as primeiras ações relacionadas à educação de jovens e adultos

surgiram a partir dos anos de 1930 devido à alta taxa de analfabetismo. Entretanto, em 1870 ainda no período Imperialista já surgiram as primeiras escolas noturnas para atender este público, com o objetivo de oportunizar aos escravos alguma instrução (PAIVA, 1987, p.167).

Após o fim do regime político Estado Novo, estabelecido no governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945; 1951 a 1954), o espírito de crescimento econômico se contradizia com as taxas elevadas de populações analfabetas no Brasil. Em 1920, a taxa de analfabetos acima de 15 anos perfazia um total de 64, 9% da população totalizando 11.401.715 de pessoas analfabetas. No período de 1940, esta taxa caiu para 56, 0%, mas o número de sujeitos analfabetos aumentou devido ao crescimento populacional, chegando a um total de 13.269.381 (MACHADO, 1997, p.29).

Com a preocupação de aumentar as bases eleitorais dos partidos políticos e de integrar ao setor urbano, os cidadãos vindos do campo, em 1947 é lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Cea), orientada por Lourenço Filho. Paiva (1987) diz que o fundamento político está,

[...] ligado à ampliação das bases eleitorais, se acompanhava das ideias de “integração” como justificação social e de “incremento da produção” como justificação econômica. Era preciso impedir a desintegração social, lutar pela paz social e promover a utilização ótima das energias populares através da recuperação da população analfabeta que ficava à margem do processo de desenvolvimento do país. (PAIVA, 1987, p.179)

Esta campanha foi dirigida principalmente aos sujeitos ligados ao meio rural, que tinha como objetivo alfabetizar adultos marginalizados em três meses e a “condensação do curso primário em dois períodos de sete meses” (Brasil, 2000a, p.49). A Cea também atendeu às requisições da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em favor da educação popular. Com o processo de industrialização do país, esta ação também foi um meio de qualificar a mão-de-obra das grandes massas trabalhadoras. O Departamento Nacional de Educação (DNE) foi autorizado a orientar e coordenar a campanha a partir da Portaria nº 57, de 30 de Janeiro de 1947.

O fundador da Campanha, Lourenço Filho, apresentava esta ação como uma forma ou tentativa de reorganização social cultural e econômica do país, e argumentava

que mais da metade da população ativa era desprovida de bens culturais, assim, era preciso mudar essa situação, o próprio fundador dizia:

[...] devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade geral (PAIVA, 1987, p.179).

Outro comunicado do Diretor Geral do DNE, Lourenço Filho aos Secretários de Educação demonstra o objetivo da campanha:

“visa o funcionamento de dez mil classes de ensino supletivo, distribuídas por cidades, vilas e povoados de todo o País, e ao mesmo tempo, uma campanha de esclarecimento junto a associações e ao público em geral, a fim de que obtenha vigoroso movimento de opinião em prol do desenvolvimento da educação popular” (LOURENÇO FILHO, 1947).

Como a Ceea estabelecia uma proposta de alfabetização para a população do campo, maior parte dos cidadãos desprovidos de direitos constitucionais da cultura concentrava-se neste espaço, por isso a campanha pretendia levar o ensino supletivo não só às capitais, o que era predominante, mas também ao interior (PAIVA, 1987, p.180).

A campanha considerava o “adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicologicamente com a criança” (BRASIL, 2000a, p.49). Nesta perspectiva, o analfabetismo é focalizado como causa da situação econômica social e cultural do país. E encontraram nos cidadãos uma forma de mudar esta realidade.

Mas, o entusiasmo com o número de classes não se manteve nos anos seguintes, e em 1954 a campanha entra em um declínio, e chega até ser substituída em alguns lugares pela Campanha Nacional de Educação Rural (Cner), criada em 1952, que procurava “contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a idéia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade” (PAIVA, 1987, p.197). Estas primeiras iniciativas para alfabetização do adulto foram extintas em 1963.

Em ambas as campanhas percebem-se a culpabilização do adulto analfabeto, atribuindo-lhe a responsabilidade do desenvolvimento do país, sendo considerado como

um entrave ao crescimento econômico, e tratado até mesmo como uma chaga social, ou um mal nacional. Entretanto, isso deve ser questionado, pois estes sujeitos tiveram um direito garantido por lei, negado- em sua faixa etária, como diz Freire (1981, p.16) “ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra”. Como está descrito no Parecer 11, do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica de 2000, este é um problema de ordem histórico-social.

No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes destes grupos ainda hoje sofrem as consequências desta realidade histórica. (BRASIL, 2000a, p.6)

Com base nos estudos de Paiva (1987), na década de 1960 surgiram movimentos direcionados à cultura popular, desenvolvidos por intelectuais e estudantes, os principais deles foram: Movimento de Cultura Popular (1960), Centros de Cultura Popular (1961) da União Nacional dos Estudantes (UNE), e também o Movimento de Educação de Base (MEB), este ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cnbb).

Ambos os movimentos buscavam meios e técnicas adequadas para preparação das massas populares para a participação política. Conforme as informações do quadro abaixo, já se tem uma base dos resultados obtidos por esses programas de alfabetização de massa. Percebe-se que a taxa de analfabetismo diminuiu com relação aos períodos de 1920 e 1940, entretanto o índice entre pessoas de 40 a 69 anos continua sendo altíssimo.

Tabela 1: Índices de Analfabetismo da população de 15 a 69 anos - 1960

Grupos de idade	Quantitativo de pessoas (%)
Total	39,5
15 a 19 anos	34,0
20 a 24 anos	33,4
25 a 29 anos	35,1
30 a 34 anos	35,6
35 a 39 anos	41,9
40 a 44 anos	46,8
45 a 49 anos	46,8
50 a 59 anos	51,9
60 a 69 anos	57,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Com a criação do MEB foi proposto oferecer aos sujeitos do meio rural alfabetizar-se. De acordo com o documento das diretrizes da EJA no Brasil (BRASIL, 2000, p.49), algumas campanhas também merecem destaque, como “de Pé no Chão também se aprende a Ler”, e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar).

Apesar destas campanhas o principal marco da educação de jovens e adultos na década de 1960, foi desenvolvido pelo educador Paulo Freire, no qual buscava organizar o pensamento do indivíduo analfabeto compreendendo a realidade de forma crítica. Dessa maneira, “ajudaria o homem a perceber o seu papel como sujeito e não como mero objeto e serviria de base para a mudança de suas atitudes” (PAIVA, 1987, p. 252-253). Para a propagação de programas de alfabetização guiados pelo Sistema Paulo Freire, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

Com o golpe de 1964, a efetivação do PNA é interrompida, pois a “alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir dos anos 60, aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para preservação da ordem capitalista” (PAIVA, 1987, p. 259). Entretanto, o analfabetismo continuava sendo um problema para o crescimento do país, então, o governo decidiu atender a demanda de pessoas analfabetas. Uma das primeiras iniciativas do regime militar foi a expansão da Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), entre 1965 e 1967 (período que o MEC- Ministério da Educação e Cultura retoma à problemática da educação de adultos), e também criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

A Cruzada ABC surgiu em Recife, e considerava o homem analfabeto como parasita econômico, marginalizado e incapaz, que “através da educação deveria começar a produzir e a participar da vida comunitária” (PAIVA, 1987, p. 268). Ou seja, o sujeito que não tinha domínio da leitura e escrita, precisaria da educação para acompanhar o desenvolvimento econômico e industrial da região que habitava.

O Mobral foi criado pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Esta lei prevê sobre Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. No Art., 1º descreve que esta lei Constitui atividades prioritárias, no Ministério da Educação e Cultura (MEC). No parágrafo único deste artigo, relata quem é o público alvo para essas atividades, que atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 anos, e o segundo, aos

analfabetos de mais de 30 anos de idade. O Poder Executivo determina que o órgão executor deste plano de Alfabetização Funcional, será o Mobral (BRASIL, 1967). Com base nos estudos de Paiva (1987), é possível perceber o que se pretendia com a criação do movimento e suas principais atribuições,

Ao Mobral incumbiria promover a educação dos adultos analfabetos, financiando 1/3 do seu custo; cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada; financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida aos municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico. [...] O plano a ser executado pretendia atingir a 11.400.000 analfabetos entre 1968 e 1971, para que se pudesse pensar na extinção do analfabetismo até 1940. (PAIVA, 1987, p.293)

Inicialmente, este Plano para Alfabetização Funcional foi organizado pelo Grupo Interministerial (G1) composto por representantes de diferentes ministérios, criado para realizar estudos e levantamento de recursos financeiros indispensáveis para execução do plano. O G1 limitou o programa para o atendimento de pessoas com a faixa etária de 15 a 30 anos, ou seja, excluiu os indivíduos de 10 a 14 anos de idade, por ser considerados estar dentro da faixa de escolaridade elementar compulsória. O G1 esteve em funcionamento nos períodos entre 5 de outubro e 27 de novembro de 1967, e em dezembro foi criada a Fundação Mobral para execução deste plano.

Nos seus primeiros momentos, o Mobral, obteve dificuldades em instalar-se e realizou pouco mais que uma experiência de alfabetização pela TV através do Departamento Nacional de Educação (DNE). Após a desvinculação do DNE, o Mobral procurou provocar entusiasmo na população, estabelecendo “convênios com os Estados, municípios e entidades privadas, intensa propaganda” (PAIVA, 1987, p. 294). Este entusiasmo é impulsionado pelo levantamento de alguns documentos,

O entusiasmo manifesta-se através de alguns documentos que falam em erradicar a chaga social da existência de analfabetos ou da consideração do analfabetismo como causa do desemprego (35.000.000 de analfabetos e muitos milhões de desempregados sem ofícios, por falta de escolarização). (PAIVA, 1987, p. 297)

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), em 1970 foram alfabetizados 172.089 pessoas pelo Mobral. Em 1971 1.081.320; em 1972 houve um aumento significativo de indivíduos alfabetizados pelo programa, cerca de

2042.683; em 1973 este número caiu para 1784.397; e em 1974 foram alfabetizados 1923.922 de indivíduos. É interessante colocar também neste período a taxa de analfabetismo, para se ter uma noção dos resultados do programa. Em 1970, o índice de analfabetismo de pessoas entre 15 e 19 anos era de 24,3, em 1976 este percentual caiu para 13,7. Já no grupo de idade entre indivíduos de 20 e 24 anos, em 1970 o índice era de 26,6, e em 1976 caiu para 14,4. A população presente em 1970 já chegava em 93 204 379.

Em 1971, com a Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, a Presidência da República Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Foi implantado o Ensino Supletivo, que teve como objetivo (Art.24) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos, que não tinham seguido ou concluído na idade própria (art. 24). Estas diretrizes decreta que o ensino supletivo deve abranger o ler, escrever, contar, além da atualização de conhecimentos. Deve também ser ministrados em classes e para alcançar um número elevado de alunos, será realizado a partir da utilização de rádios, televisão.

De acordo com o Parecer nº 699 (BRASIL, 1972), cujo relator é Valmir Chaga, o Ensino Supletivo passou a vigorar a partir de quatro funções básicas: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação, e não eram ofertados apenas exames, mas também cursos sob as normas da Lei 5.692/71. A Suplência traz a idéia de suprir a necessidade de escolarização de indivíduos que não deram continuidade nos estudos.

O termo Suprimento está ligado a um entendimento da “complexidade crescente que assumem as formas de vida e de trabalho, impondo mudanças que se operam em rápidas sucessões, exige de todos uma constante atualização em repetida volta à escola” (BRASIL, 1972), ou seja, um permanente aperfeiçoamento dos conhecimentos. A Aprendizagem “é a formação metódica no trabalho, a cargo das empresas ou instituições por estas criadas e mantidas” (BRASIL, 1972). E por último, a Qualificação “baseia-se obrigatoriamente em cursos e não apenas em exames, e visa eletivamente à profissionalização, sem preocupações de educação geral” (BRASIL, 1972).

Na Lei nº 5.692/71 também descreve os exames supletivos (Art.26), fixado pelo Conselho Federal de Educação, como conclusão de 1º grau (para os maiores de 18 anos) e 2º grau (para os maiores de 21 anos). Esta iniciativa também resultou na implantação dos Centros de Ensino Supletivo (CES). Com base nos dados do Ibge, no ano de 1976,

1.037.404 pessoas prestaram o exame em nível de 1º grau, com 297.457 aprovações. Em 1977, 995.753 com 291.080 aprovações. Em 1985, o número de pessoas que realizaram o exame caiu para 430.981 com 161394 aprovações.

Uma das principais iniciativas do órgão executor de programas de alfabetização, o Mobral, foi o Programa de Educação Integrada (PEI), que tinha como objetivo dar oportunidade aos sujeitos que foram recém-alfabetizados pelos programas, o prosseguimento nos estudos. Em 1985, o Mobral foi substituído pela Fundação Educar, por responsabilidade e competência do MEC (BRASIL, 2000, p.51).

A Fundação Educar foi instaurada pelo Decreto nº91. 980, de 25 de Novembro de 1985, redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização- Mobral, altera sua denominação e dá outras providências. Este órgão passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com a finalidade de “fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídas prematuramente” (BRASIL, 1985)¹. Ela foi extinta em 1990 no governo Collor.

Em síntese, estas foram as primeiras iniciativas para o atendimento da escolarização de jovens e adultos trabalhadores, ou aos que não tiveram acesso à leitura, e escrita. Mesmo algumas iniciativas sendo de órgãos não-governamentais, e apesar dos interesses políticos, ideológicos de alfabetizar este público, estas campanhas demonstraram a importância da educação para os sujeitos analfabetos, nos quais foram impedidos de ter acesso a este direito garantido por lei.

Com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (Ldben), o atendimento para escolarização de jovens e adultos passa a vigorar uma nova fase. A Constituição de 1988, no art.205 (BRASIL, 1988) descreve que a educação é direito de todos, com a finalidade de desenvolvimento pleno do indivíduo,

¹De acordo com o Parecer 11, de 2000 (BRASIL, 2000, p. 51) esta Fundação foi extinta em 1990, já no começo do mandato de Collor, quando surge uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos, a partir da Constituição de 1988. Cabia a Fundação Educar “promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica; formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas; incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais; estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas” (BRASIL, 1985).

para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Os incisos primeiro e segundo do art. 206 é fundamental para este público, pois relata que o ensino deverá ser ministrado mediante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A Ldben 9.394/96, garante no art. 4º, que é dever do Estado o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos que não concluíram essas etapas na idade indicada. No art. 37, descreve que os sistemas de ensino devem considerar as características de sua clientela, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Houve mudanças também no oferecimento dos exames a partir dessas diretrizes, que passará a ser realizado no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de 15 anos, e do ensino médio, para maiores de 18 anos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é reconhecida como uma modalidade de ensino da Educação Básica a partir da Ldben (1996) e tem sua maior expressão na resolução CNE/CEB nº 1/ 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, quanto na oferta, tanto nos componentes curriculares das etapas do Ensino Fundamental e Médio. Além de abordar a idade mínima para inscrição em exames supletivos, como já foi retratado na Ldben citada acima, também prescreve que “ficará vedada, em Cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos” (BRASIL, 2000b).

Ao se deparar com a história da EJA, percebe-se que a oferta de escolarização para estes sujeitos, foi vista durante muitos anos, como uma forma de compensação e suprimento aos que não tiveram acesso à escola. Entretanto, com a implantação de algumas leis e o reconhecimento da educação com direito, esta realidade foi se modificando, como está descrito no Parecer 11, de 2000 (BRASIL, 2000, p. 66)

“Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a ideia de compensação substituindo-a pela de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando”.

Dessa maneira, a ideia de oferta para indivíduos analfabetos vista como suprimento das necessidades desses sujeitos, é substituída pelas funções de reparação,

equidade e qualificadora. A função reparadora significa “não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (BRASIL, 2000, p. 09). Assim, é possibilitar a esses sujeitos uma nova inserção no mundo social, cultural, com a finalidade de exercer uma cidadania plena.

A função equalizadora possibilita aos “indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação”. E por último é a função permanente ou qualificadora, que segundo Brasil (2000, p.11) tem a “tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida”. É dar oportunidade a esses indivíduos, exercer atividades essenciais para o ser humano em uma sociedade considerada das letras e do conhecimento.

1.2. Contexto histórico do atendimento da escolarização de jovens e adultos trabalhadores em Goiás pela SEDUC - GO

Antes de se aproximar das ações e políticas apresentadas pelo órgão responsável pela escolarização de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação (Seduc - GO), é necessário destacar as várias mudanças e denominações que o órgão foi passando no decorrer dos anos: Serviço de Educação de Adultos, no período de 1940 à 1960; Departamento de Ensino Supletivo (Desu), em 1970; Unidade de Ensino Supletivo (UES) – 1980; Superintendência de Ensino Não-Formal (Supenfor), na década de 90; Superintendência de Educação a Distância e Continuada (Seadec), também nos meados de 1990; no ano de 2008, Coordenação de Educação a Distância (Coedi) (GOIÁS, 2010, p.12). Em 2012, passa ser uma gerência dentro da Superintendência de Programas Educacionais Especiais. E por último em 2013, a escolarização destinada para estes sujeitos passa ser responsabilidade da Gerência de EJA (Geeja), dentro da Superintendência de Ensino Médio.

Conforme as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do estado de Goiás, no período de 1940 à 1960, a EJA é marcada pelas campanhas de alfabetização, com o objetivo de erradicar o analfabetismo. Entretanto, esse período “revela as dificuldades e a

lentidão para o cumprimento das promessas feitas em relação à erradicação do analfabetismo, à continuidade dos estudos para adultos e à melhoria nas condições de vida dos que conseguissem acesso a escola” (MACHADO, 2001, p. 54). É neste período que os movimentos populares de educação e cultura se expandem com a finalidade de buscar e atingir o direito da educação a todos que não tiveram acesso à escolarização.

Na década de 1940, com a criação do Serviço de Educação de Adultos do estado de Goiás, a partir da Portaria nº215, 21 de agosto de 1947, o estado obteve uma “organização de uma estrutura administrativa e pedagógica própria” (GOIÁS, 2010, p.12). Entretanto, a escolarização de jovens e adultos trabalhadores não se restringiu à rede responsável pelo ensino, mas foi inserido em um contexto de mobilização social, até mesmo de órgãos religiosos.

Um dos importantes movimentos ligados à órgãos religiosos foi o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela Igreja Católica, que se expandiu nas regiões Norte e Nordeste do país, mas obteve percentual significativo no estado de Goiás, no qual se destacou pelas escolas radiofônicas:

Esse movimento iniciou-se neste estado em setembro de 1961, quando foi instaurado em Goiânia, o Setergo (Sistema Radiofônico de Goiás). Em caráter de experiência, no primeiro ano funcionaram 30 escolas nos municípios mais próximos de Goiânia dada à receptividade da Rádio Difusora. Os municípios contemplados foram: Goiânia (bairros, distritos e fazendas), Trindade, Inhumas, Guapó, Bela Vista, Goianira, Brazabantes, Hidrolândia e Ipameri (CANESIN, 1998 APUD MACHADO, 2001, p.56).

A partir da Lei nº 4.024/61, no art. 99 possibilita que “aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza após estudos realizados sem observância de regime escolar. E também “nas mesmas condições permitir-se á a obtenção do certificado de conclusão colegial aos maiores de dezenove anos” (BRASIL, 1961, art.99).

No período de 1970 foi criado o Departamento de Ensino Supletivo (Desu) pela Secretaria da Educação e Cultura de Goiás (SEC). O Desu assumiu as funções do antigo órgão responsável pela educação de jovens e adultos (Serviço de Educação de Adultos). Neste mesmo período foi criado o Programa de Educação Integrada, destinados a adolescentes e adultos sob responsabilidade do Mobral e que posteriormente passa a ser coordenado pelo Desu. É a partir do documento denominado “Ensino Supletivo:

atividades do Departamento de Ensino Supletivo no ano de 1973”, da Sec/Desu, que possibilita uma aproximação da demanda dos sujeitos que precisam ser escolarizados:

O diagnóstico do Plano Estadual focaliza 1.831.021 adolescentes e adultos em Goiás, que não tiveram oportunidades de, na idade hábil, acompanhar o sistema regular de ensino que dele evadiram. Essa considerável clientela do Ensino Supletivo era atendida pelo ex-Departamento de Ensino Primário – nos chamados cursos primários noturnos numa tentativa do Estado de combater o analfabetismo e promover a educação dos adolescentes e adultos semi-alfabetizados e com atraso de escolarização fora da faixa etária do ensino regular (GOIÁS, Desu, 1973 APUD MACHADO, 2001, p.59).

Neste período, o estado de Goiás, e principalmente os indivíduos não escolarizados contou com vários programas do Desu justamente para atender a demanda citada acima. Com a resolução nº 993, de 20 de fevereiro de 1973 eram oferecidos Exames Supletivos nos níveis de ensino 1º e 2º graus. E foram realizados nestes níveis para efeito de prosseguimento de estudos em caráter regular, para os maiores de 18 e 21 anos, respectivamente (GOIÁS, 1973). De acordo com esta resolução, a Secretaria da Educação e Cultura, através do Desu será responsável pela expedição de certificados aos candidatos que houverem concluído o 1º e 2º grau, e atestados aos que houverem sido aprovados em apenas uma ou algumas disciplinas, sendo que é escolha do candidato aprovado nesta condição, continuar os exames até a obtenção do certificado de conclusão. E poderá, o candidato, em caso de reprovação, repetir o exame da disciplina em época subsequente. De acordo com Helimar (2014):

Os Exames Supletivos possuíam o objetivo de: Proporcionar à clientela jovem e adulta oportunidades de concluir o ensino fundamental e médio. Tendo como características: Obedecer ao ritmo próprio de cada candidato, possibilitando-lhe a eliminação de disciplinas, gradativamente; Unificados em todo o Estado, em pólos, sendo aplicadas as mesmas provas, nos mesmos dias e horários, em locais previamente escolhidos; Idade- ensino Fundamental – 18 anos, até 1999, e, após, 15 anos completos e Ensino médio – 21 anos, até 1999, e, após 18 anos completos. (HELIMAR, 2014, p.4)

Também foi criado com a Resolução nº 1147 de 07 de dezembro de 1973, o Projeto Lumen, do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO), com o objetivo de habilitar professores leigos em nível de segundo grau para atuar nas primeiras séries

do primeiro grau. A partir da Resolução nº 1.329/75 do CEE/GO exames supletivos profissionalizantes para habilitação profissional em nível de 2º grau, destinados aos maiores de 21 anos de idade que exerçam ou tenham exercido em empresas ou instituições funções relacionados aos cursos durante um período mínimo de 3 anos.

Segundo Helimar (2014), os Exames Supletivos Profissionalizantes oferecidos pelo Desu foram: Auxiliar de Enfermagem; Técnico em Enfermagem; Eletrotécnica; Laboratórios Médicos; Prótese Dentária; Radiologia Média; Telecomunicações; Transações Imobiliárias; Ótica; Agrimensura; Agropecuária; Assistente de Alimentação; Edificações E Educação Física e Desportos. O objetivo desses exames era:

[...] oferecer aos profissionais de diversas áreas oportunidades de regularizarem sua situação profissional, credenciando-os ao exercício de suas funções e atender a demanda de mão de obra não qualificada, oferecendo assim, habilitação e capacitação profissional na categoria de técnico ou auxiliar para os que se encontravam na força de trabalho com mais de três anos de experiência e que não possuísem diploma e/ou certificados que os credenciassem para o exercício de sua função. (HELIMAR, 2014, p.5)

Os requisitos básicos para inscrição nesses exames era que o candidato obtivesse idade superior de 21 anos e que tivesse comprovadamente exercido funções em alguma instituição ou empresa relacionada ao exame profissionalizante que pretendia inscrever-se, outro requisito era que o candidato possuíse o certificado de conclusão de 2º grau. “Parte desses exames foi oferecido até 1996, pela Sued. Entretanto, para alguns candidatos que ficaram devendo uma ou outra disciplina, prorrogou-se até 2001” (HELIMAR, ano, p. 5). Em 2000, foram expedidos 258 certificados, em 2001 295; 2002 124; 2003 114; 2004 83; 2005 70; 2006 50; 2007 36; 2008 37; 2009 22; 2010 17; 2011 20; 2012 6; 2013 23; e até agosto de 2014 foram expedidos 6 certificados.

O Centro de Estudos Supletivos (CES) foi implantado a partir da Resolução do CEE/GO nº 1.170/74, no Art. 1º diz que é “destinado a oferecer oportunidades educacionais a adolescentes e adultos com atraso de escolaridade na idade hábil ou que desejam promover seu aprimoramento contínuo, mediante a utilização de novas técnicas e metodologias de ensino-personalizado” (GOIÁS, 1974). Este programa oferecia cursos organizados de forma direta e semi-indireta. O primeiro, se referia ao baixo teor de supletividade, com frequência obrigatória e avaliação, além de uma duração obrigatória

de 4 semestres. O segundo, era baseado em um “alto teor de supletividade” (GOIÁS, 2010, p.15), tendo como referência acompanhar o ritmo do aluno, assim não exigiam freqüência, além de obter eliminação seqüenciada dos módulos de ensino.

Com a Resolução nº 144 de 1990, o CEE/GO aprova o Projeto Saturnos em que era oferecido a adolescentes e adultos um curso de Suplência de 1º grau, com baixo teor de supletividade. Conforme as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do estado, este projeto foi organizado da seguinte forma: “No período de 1979 a 1987, o curso teve duração de 15 meses distribuídos em três semestres e era destinado a educandos com 14 anos completos. Já no período de 1988 a 1991, o curso teve duração de 18 meses, distribuídos em quatro períodos”. (GOIÁS, 2010, p.16). Outro projeto instaurado neste período foi o Programa de Educação Básica – PEB, implantado para atender Jovens e Adultos não escolarizados.

Na década de 1980, o Desu passou a ser denominado Unidade de Ensino Supletivo de Goiás (UES), e novas propostas de ação para escolarização de jovens, adultos trabalhadores foram apresentadas, descritas no documento Ensino Supletivo,

- Implantar projetos na função de Suprimento, após realização de pesquisa para o atendimento às necessidades da comunidade;
- Implantar o Curso Supletivo de 1º grau/Via Rádio/TV, voltando as atenções para a zona rural;
- Realizar Curso de Reforço, visando melhor preparação dos candidatos aos Exames Supletivos Profissionalizantes (GOIÁS, SEE, 1983, APUD GOIÁS, 2010, p.16-17)

Algumas ações da UES foram voltadas para educadores, como o Projeto Progoiás, normatizado pela Resolução CEE/GO nº 00392, com a finalidade de treinar docentes a distância. E também, o Programa de Educação a Distância - Teleducação, destinados a docentes, com o objetivo de “proporcionar meios atualizados”, (GOIÁS, 2010, p.18) utilizando diversos multimeios, como programas televisivos, acompanhados por boletins impressos e telefone.

Apesar de esses projetos terem sido voltados para professores, atingiram indiretamente a escolarização de jovens e adultos, pois o objetivo do Projeto Progoiás era “treinar educadores a distância, com metodologia de ensino individualizado, atualizando conhecimentos e aperfeiçoando a prática pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e a valorização do professor” (GOIÁS, 2010,

p.18), ou seja, pretendiam melhorar e qualificar o ensino para este público.

No final da década de 1980, a UES passa a denominar-se como Superintendência de Ensino Não-Formal (Supenfor). Em 1994, com a Resolução nº 695 de 1993 foram implantados Cursos Supletivos para atender a demanda de jovens e adultos trabalhadores. Os cursos oferecidos eram baseados na função de Suplência de Educação Geral, de forma direta - Alfabetização, Suplência I, Suplência II (5ª à 8ª séries) e Suplência III (Ensino Médio), ministrado pela Superintendência de Ensino Não-Formal da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, por um período de 2 anos (GOIÁS, 1993, art. 1º). Estes cursos foram extintos em junho de 1999. A idade mínima para matricular-se na Suplência I e II era de 14 anos, e 18 anos para matricular-se no curso Suplência III. Os cursos funcionavam com as seguintes cargas horárias,

Suplência I - 1440 horas divididas em 04 etapas de 360 horas cada; Suplência II - 1800 horas, em 02 anos divididos em 04 períodos letivos, com duração de 01 semestre cada; Suplência III - 2268 horas, em 02 anos divididos em 04 períodos letivos, correspondendo cada um a uma série do ensino seriado, com duração de 01 período cada. (HELIMAR, 2014, p. 7)

Outro programa implantado para atender este público, mas que também foi extinto era Programa Escreve Goiás, com parecerias do Projeto Vaga-Lume - UEG e do Programa Alfabetização Solidária. “Nesse período, foram atendidas 213.839 pessoas que se encontravam na faixa etária de 15 anos ou mais. Deste total, 41.464 alunos foram assumidos pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; 163.975 pelo Programa Alfabetização Solidária; e 8.400 pelo Projeto Grandes Centros Urbanos - Goiânia” (GOIÁS, 2003)

Estes foram os projetos e ações da Secretaria Estadual de Educação de Goiás para escolarização de jovens e adultos antes do reconhecimento da EJA como uma modalidade de ensino da educação básica. Percebe-se que vários programas foram implantados com o objetivo de atender esta clientela, mas muitos deles já foram extintos.

1.2.1 Diretrizes legais para o atendimento de escolarização de jovens e adultos trabalhadores do estado de Goiás

Com a extensão dos Cursos Suplência, implantou-se o Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com respaldo legal na Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, em que descreve que “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, art.37), e “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (BRASIL, 1996, art.38).

Em caráter estadual, no estado de Goiás a EJA obteve aparato legal com a Lei Complementar Estadual nº 26/98, em que estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. Além de descrever para quem é destinada a educação de jovens e adultos, também no Art. 55 estabelece a oferta de educação escolar regular para este público, mediante as seguintes características:

- I -- Oferta de ensino noturno próximo da residência e/ou local de trabalho dos alunos;
- II – Conteúdos curriculares adequados ao amadurecimento integral dos alunos;
- III – Organização escolar flexível, mediante adoção de série, ciclos e outras modalidades;
- IV – Professores, em processo contínuo de formação, para atuarem em Educação de Jovens e Adultos;
- V – Ações integradas e complementares entre si, de responsabilidade primordial do Estado e da iniciativa privada, para a garantia do acesso à, e permanência do aluno trabalhador na escola (GOIÁS, 1998, art. 55)

Com estas características, percebe-se que a lei busca oportunizar o acesso e a permanência de jovens e adultos trabalhadores na escola (especialmente devido aos parágrafos I e III), mas cabe investigar se estas ações estão sendo efetivadas de forma que garanta o direito desses cidadãos, e este é o objetivo do segundo capítulo dessa monografia.

A partir dessas leis, as ações e o curso para atender a demanda de jovens trabalhadores passaram a configurar nas funções *reparadora*, *equalizadora* e *qualificadora*. A Resolução CEE/GO nº 260/2005 estabelece os parâmetros para o oferecimento e desenvolvimento desses sujeitos no estado, Art. 3º:

- I – Ingresso permitido apenas aos que ainda não tiveram acesso à escola ou que dela encontrem-se, comprovadamente, afastados há mais de 2 anos;
- II – Idade mínima de 15 anos para ingresso no ensino fundamental e 18, no ensino médio;
- III – Carga horária mínima de, pelo menos, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas presenciais para o ensino fundamental em todas as suas etapas, 1.600

(mil e seiscentos) horas, para aquela etapa que abrange do 6º ao 9º ano deste nível de ensino, e de 1.200 (mil e duzentas), também presenciais, para o ensino médio/

IV – Frequência mínima obrigatória correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares presenciais desenvolvidas durante o semestre letivo (GOIÁS, 2005. Art. 3º)

A educação de jovens e adultos é dividida em três etapas distintas. A primeira, é desenvolvida em 4 semestres (dois anos), correspondente do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, que é desenvolvido por um período de 2 anos. A segunda, corresponde ao ensino fundamental II, em um processo de 6 semestres – 3 anos. E por último, a terceira etapa, que corresponde ao ensino médio da educação básica, que será ministrado em 4 semestres (dois anos). Com as informações abaixo têm se um base do atendimento da Seduc – Go para escolarização de jovens e adultos no estado de Goiás:

“Atualmente a Superintendência do Ensino Médio/Gerência de Educação de Jovens e Adultos conta com oito (08) Centros de Educação de Jovens e Adultos, sendo os seguintes Centros de Educação de Jovens e Adultos: CEJA – Profº Elias Chadud – Anápolis; CEJA – Profª Alzira de Souza Campos – Catalão; CEJA- Arco-Íris – Goiânia; CEJA – Universitário- Goiânia; CEJA-Com Bosco – Iporá; CEJA – Gelmires Reis; CEJA de Aragarças – Aragarças; CEJA – Filostro Machado Carneiro – Caldas Novas. **Atendemos** a modalidade de EJA em 266 municípios, 40 Subsecretarias de Educação, 274 unidades escolares, atendendo os alunos de 1ª a 3ª Etapas. Sendo que o número de matriculados em cada Etapa corresponde a: 1ª Etapa - 482 alunos; 2ª Etapa – 11.205 alunos e 3ª Etapa – 26.245, totalizando nas três (03) etapas 37.932 alunos”. (HELMAR, 2014, p. 08-09)

Os objetivos do curso ofertados pela Secretaria Estadual de Educação são:

“-- continuidade de estudos para aqueles que não tiveram acesso à escola própria na idade própria;
 -- garantia de sistematização e apropriação de conhecimento nas diversas áreas, incorporando novo saber e competências próprias à idade do educando jovens e adultos;
 -- valorização de espaços educativos que privilegiem as interações de experiências do educando jovem e adulto, visando fortalecer a sua auto-estima e identidade cultural, para a construção de sua personalidade” (documento perimetral)

Cabe mencionar alguns projetos fundamentais para atender esta demanda, como o Projeto de Educação Continuada – Alfabetização para todos, e o Projeto Educação de Jovens e Adultos --Ensino Médio. O primeiro, tem respaldo legal no parecer do CEE/GO

nº 257/2002 e na Resolução nº 130 de 20 de agosto de 2002,

[...] destinado aos jovens que não tiveram oportunidade de ingresso e permanência no Ensino Fundamental na idade própria ou que ingressaram e evadiram da escola semi-alfabetizados, objetiva garantir-lhes o acesso a alfabetização, propiciando-lhes oportunidades de viverem um conjunto amplo de práticas de leitura e escrita (GOIÁS, 2010, p.20)

Dessa maneira, o projeto prevê garantir condições adequadas de acesso e permanência desses sujeitos na escola, com objetivo de promover o domínio da leitura e escrita para o jovem e adulto, no qual sua grande maioria são trabalhadores e que buscam melhores condições de vida. Sendo que podem matricular-se nesse projeto os jovens com idade igual ou superior a 15 anos. Uma das justificativas da implantação do projeto é que a “alfabetização para todos tem no letramento um significado de inclusão social tratando-se, portanto de uma ação firme para a erradicação da exclusão social” (GOIÁS, 2003, p.2). Para um melhor desempenho dos alunos e permanência na escola, “a avaliação do desempenho orientar-se à pelos pressupostos relativos à avaliação como processo contínuo, abrangente, sistemático e flexível” (GOIÁS, 2002).

Uma das metas do projeto era atender no período entre 2003 e 2005, 2000.000 alfabetizando. Apesar desse número expressivo, atualmente o programa contém apenas 1600 alfabetizando, em 21 municípios com 138 turmas.

O segundo, o Projeto Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio, foi uma das ações do órgão responsável pela educação de adultos para alunos trabalhadores em empresas, “que teve como finalidade garantir o direito universal da educação básica de qualidade para todos, dando oportunidade de acesso ao Ensino Médio. Visava o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional” (GOIÁS, 2010, p.20). Era executado pela Secretaria Estadual da Educação, coordenado pela Superintendência de Educação a Distância e Continuada.

Atualmente, a Secretaria de Estado da Educação – Seduc - GO, é o órgão que busca melhor o atendimento da demanda da Educação de Jovens e Adultos, e “uma de suas características é atender aqueles que possuem uma trajetória profissional com jornada de trabalho exaustiva e incompatível com o cumprimento das exigências de cursos regulares” (GOIÁS, 2010, p.22). Ou seja, busca uma flexibilização do ensino para

dar oportunidade de continuidade dos estudos a aqueles sujeitos trabalhadores que não tiveram acesso à escola ou que dela evadiram por condições socioeconômicas.

Conforme Plano Estadual de Educação - PEE (2008-2017), que deve ser orientador da política de educação do estado de Goiás, o desafio que se coloca é ampliar a oferta de vagas para escolarização de jovens e adultos trabalhadores. Alguns objetivos e metas especificamente relacionados a esta modalidade são:

1. Garantir a abertura e manutenção de cursos da EJA em todas as regiões do Estado, prioritariamente naquelas que apresentem baixo índice de desenvolvimento humano e social;
2. Definir diretrizes e ações para a modalidade EJA, de forma a assegurar a permanência e certificação dos estudantes matriculados, atendidas as especificidades locais e regionais;
3. Incentivar os municípios a realizarem o censo educacional de demanda da EJA, por bairro, distrito e/ou locais de trabalho, a fim de favorecer a programação adequada da oferta de educação para essa população;
4. Consolidar rede de apoio, formada por responsáveis das Subsecretarias Regionais, Secretarias Municipais, coordenadores pedagógicos e professores, para subsidiar as ações da EJA, em todo o Estado.

(GOIÁS, 2008, p. 43-44)

Apesar de todas estas ações previstas da Seduc – GO para atender jovens e adultos trabalhadores, no estado de Goiás ainda há um grande número de pessoas sem instrução, impossibilitadas de exercer uma cidadania plena, o que demonstra uma contradição em relação as ofertas para este público no estado de Goiás. Com as informações do quadro 1, percebe-se que há um grande quantitativo de pessoas que precisam ser atendidas pelo sistema educativo.

Quadro 1: Número de pessoas, na faixa etária acima de 15 anos que nunca frequentou creche ou escola

Grupos de Idade	Quantitativo de pessoas
Total	293.014
15 a 19 anos	4.133
20 a 24 anos	6.906
25 a 29 anos	9.927
30 a 39 anos	30.300
40 a 49 anos	43.348
50 a 59 anos	54.645
60 a 69 anos	143.755

Fonte: Ibge – Censo 2010

Com base nas informações do quadro 1 é possível fazer uma comparação entre algumas faixas etárias de pessoas que nunca frequentaram uma creche ou escola. Os indivíduos foram divididos em grupos com idade crescente. E percebe-se que quanto maior for a idade compreendida no grupo, maior é quantidade de pessoas que não foram atendidas pelas unidades básicas de ensino.

A pesquisa bibliográfica permitiu compreender que a luta para o acesso de jovens e adultos trabalhadores no sistema educativo é histórica e que foi passando por transformações ao longo dos anos, até a educação ser considerada direito de todos (Constituição de 1998) e a EJA ser reconhecida como modalidade de ensino. Também, foi possível aprofundar o conhecimento sobre a oferta, ações e projetos da Seduc – GO para atender este público no estado de Goiás, entretanto, não significa que todas elas foram executadas e realizadas pela secretaria, mas isto será objeto de pesquisa do capítulo 2 desta monografia.

CAPÍTULO 2

EJA em Goiás: um olhar a partir de documentos e imagens

O objetivo deste capítulo é identificar se a Educação de Jovens e Adultos – EJA está se efetivando, no estado de Goiás e especificamente no município de Goiânia, como ação de integração sócio-cultural, a partir da análise de matrículas da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC – GO e da demanda potencial para essa escolarização. Para isso, foi necessário utilizar dados do Censo Demográfico (Ibge, 2010), as Sinopses da Educação Básica (Inep), especificamente de Matrículas, Funções Docentes e Estabelecimentos.

Na primeira parte, irei apresentar quem é este sujeito da EJA a partir do que é exposto em documentos oficiais, como as Diretrizes da EJA do estado de Goiás (GOIÁS, 2010). Após, será apresentada informações sobre o problema levantado com o objetivo de analisar se há uma redução da oferta de escolarização de jovens e adultos trabalhadores da Secretaria Estadual de Educação – Seduc – GO.

Levantado os dados da quantidade de matrícula, estabelecimento e das funções docentes, será feita uma análise destas informações coletadas com as metas do Plano Estadual de Educação para o público da EJA, e com outros documentos da Seduc. Utilizamos também, recursos iconográficos, como panfletos que anuncia a oferta da EJA, e questionários respondidos por educandos desta modalidade de ensino.

Após apresentar estas informações, faremos uma reflexão, em que irá abordar se a EJA está se efetivando como ação de integração sócio-cultural e se está sendo vista nas funções reparadora, equalizadora e qualificadora ou permanente como é apresentada nos documentos oficiais, tanto nacionais quanto estadual, com o objetivo de dar possibilidade a esses indivíduos uma nova inserção no mundo social e cultural.

2.1. Sujeitos da EJA segundo as Diretrizes da EJA/Seduc - GO

Os sujeitos da EJA que serão apresentados a seguir tiveram seu perfil traçado a partir do documento das Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do estado de Goiás (GOIÁS, 2010). Estes dados resultaram de um questionário aplicado no processo de elaboração das diretrizes, incluindo informações dos 04 segmentos (gestores, educadores,

administrativos e educandos) que compõem a comunidade escolar. Após terem sido aplicados, resultou-se no seguinte resumo deste diagnóstico.

Imagem 1: Quantitativo de sujeitos que responderam o questionário

Resumo Geral dos Questionários Diagnósticos EJA		
UNIDADE ESCOLAR (UE)	Quantidade por UE	Total Aplicado em 343 UEs
Gestores	4	1.372
Educadores	9	3.087
Administrativos	5	1.715
Educandos	20	6.860
Total de participantes	38	13.034

Fonte: GOIÁS, 2010

Como mostra a imagem acima, o total de questionários aplicados para educadores foram 3.087 e para educandos 6.860. Já no grupo gestor foram aplicados 1.372 questionários, e administrativos 1.715. Totalizando estes segmentos, resulta em um número de 13.034 participantes. O acesso ao volume de questionários aplicados permitiu à pesquisa constatar que nem todos os questionários aplicados foram respondidos. Um exemplar desses questionários que foram utilizados para analisar o perfil dos sujeitos da EJA no estado, encontram-se no documento das diretrizes de EJA em Goiás, anexo 1 deste trabalho.

Para esta pesquisa optamos por analisar os dados de alunos e professores, onde constam os dados de faixa etária, estado civil, gênero, etnia e outros elementos que contribuem para a compreensão do perfil socioeconômico destes sujeitos. No caso específico dos professores traremos ainda informações sobre sua formação e atuação profissional.

2.1.1 Os alunos da EJA no Estado de Goiás

O ingresso na Educação de Jovens e Adultos em Goiás, segundo Resolução nº 260 (Goiás, 2005b) somente é permitido aos que não tiveram acesso à escola, ou que

estejam afastados na mais de dois anos, com idade mínima de 15 anos para o Ensino Fundamental e de 18 anos para o ingresso no Ensino Médio. Está voltada geralmente para pessoas em que tiveram um direito constitucional negado (educação). Em sua maioria, em uma jornada de trabalho exaustiva e tiram o período noturno para recuperar o que lhe foi negado. Retornam à escola normalmente por uma oportunidade de qualificação profissional melhor, como está descrito no documento nacional das diretrizes de EJA,

[...] o trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional merece especial destaque. A busca da alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. (BRASIL, 2000, p.61-62)

O indivíduo da EJA vê a escola como uma forma de se ascender social e economicamente. Entretanto, ao retornar-se ao sistema de ensino, o trabalho poderá se tornar um fator favorável ou não, pois por um lado pode ser visto como uma forma de manutenção do emprego/uma qualificação profissional, mas de outro lado pode ser considerado um pretexto de um eventual abandono da escola, devido ao cansaço e às jornadas exaustivas de trabalho. Assim,

Os altos índices de evasão e repetência observados nas pesquisas reafirmam a escola como obstáculo para o aluno trabalhador, e, ao mesmo tempo, este aluno vê a escola como uma oportunidade de conquistar o direito à cidadania e se inserir no mercado de trabalho formal (OLIVEIRA, 2002, p.52)

Com base nos questionários realizados com os alunos da EJA no Estado de Goiás, para a construção das Diretrizes desta modalidade de ensino, estes sujeitos

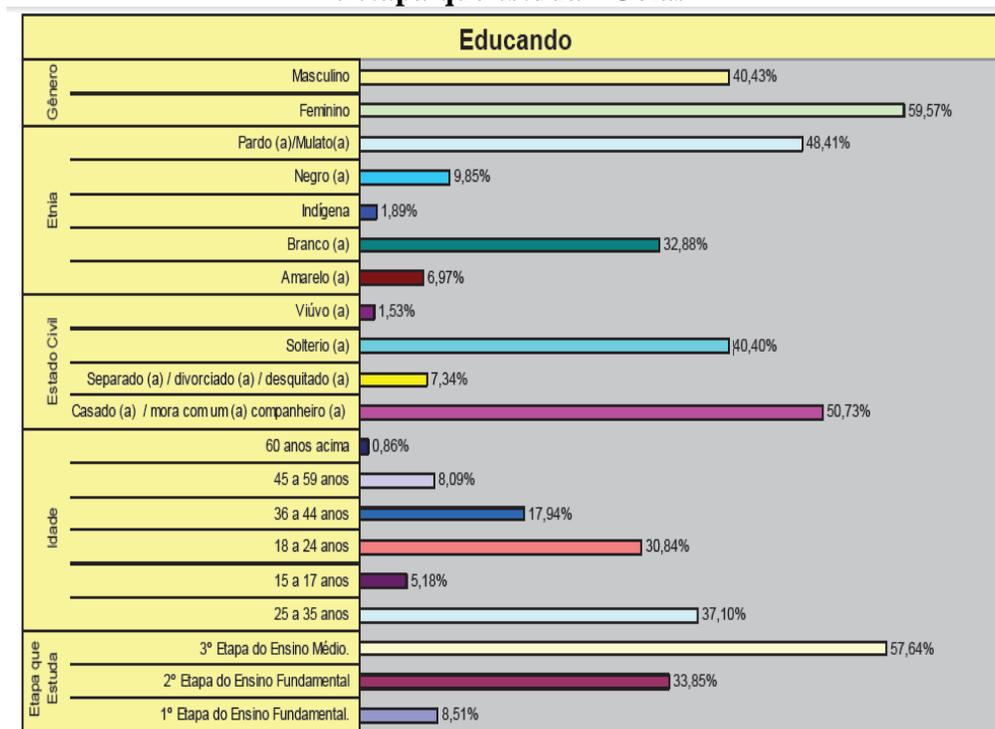
São homens e mulheres, trabalhadores/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos, periféricos, de favelas e vilas, jovens, adultos e idosos, não se limitando a uma faixa etária, mas à diversidade sociocultural de seu público, composto por população do campo, por pessoas em privação de liberdade, com necessidades especiais, remanescentes de quilombos, afro-descendentes, indígenas, entre outros. (GOIÁS, 2010, p.28)

Neste sentido, estes sujeitos são “carentes” de bens culturais, sociais e educacionais. Muitas vezes, na luta pela sobrevivência, evadem da escola por chamar para si a responsabilidade de cuidar da família,

Vivem no mundo urbano industrializado burocratizado e escolarizado, trabalhando, em geral, em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São ainda excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade por repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mundo do trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que, quando retornam à escola, o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos – trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem –, direitos esses fundamentados na legislação vigente. (GOIÁS, 2010, p.28)

Com as imagens abaixo é possível traçar o perfil do aluno da EJA, considerando o gênero, etnia, estado civil, idade, moradia (alugada, própria, cedida), situação atual (empregado, desempregado) e renda mensal.

Imagem 2: perfil dos alunos da EJA, de acordo com gênero, etnia, estado civil, idade e etapa que estuda - Goiás



Fonte: GOIÁS, 2010

Analisando este gráfico, pode-se fazer uma descrição percentual do perfil do aluno da EJA no estado de Goiás. Este educando em mais da metade dos casos é do gênero feminino (59,57%). Este dado é condizente à porcentagem nacional que é de

53,8%. Em relação à etnia 48,41% se define como pardos, negros (a) totalizaram 9,85%. E aos que se declararam brancos (a) resultou em um percentual de 32, 88%, indígena 1,89% e amarelo (a) 6,97%. Entretanto, esses dados não condizem com o nacional, pois 59,5% se declararam como negros, e 39,9% como brancos.

A metade destes sujeitos está casada ou em uma união estável (50,73%), 40,40% estão solteiros, 7,34% estão separados ou divorciados e, 1,53% são viúvos. Comparando a condição nacional 72,8% são solteiros e 21,7% são casados. Se analisarmos a faixa etária podemos concluir que grande parte dos alunos está com idade entre 18 a 35 anos (67,94%), enquanto o dado nacional essa faixa etária corresponde 43,2%. E por fim a maioria dos educandos pesquisados cursava a etapa final da EJA, o que ocorre tendo em vista que estes dados foram levantados pela Seduc – GO na sua rede, que concentra a matrícula do ensino médio da EJA.

Imagem 3: Perfil socioeconômico dos alunos da EJA

Sua moradia é:	Alugada	26,87%
	Cedida	9,11%
	Outros	3,11%
	Própria	60,91%
Quantas pessoas moram com você?	Mais de 4 pessoas	24,98%
	2 a 4 pessoas	70,10%
	Moro sozinho (a)	4,92%
Situação atual:	Desempregado (a)	38,46%
	Empregado (a)	61,54%
Quantas horas diárias você trabalha?	Sem jornada fixa	28,71%
	Outras situações	10,86%
	Mais de 8 horas diárias	19,68%
	8 horas diárias	28,37%
	6 horas diárias	8,88%
	4 horas diárias	3,50%
Qual é sua renda mensal?	Acima de 8 salários mínimos	0,77%
	Entre 4 a 8 salários mínimo	2,56%
	Entre 1 a 3 salário mínimo	25,54%
	Um (01) salário mínimo	27,47%
	Até um salário mínimo	18,93%
	Não tem renda	24,73%

Fonte: GOIÁS, 2010

Analisando a imagem acima se estabelece o perfil socioeconômico do aluno da EJA. Em se tratando de nível estadual a grande maioria dos alunos possui residência

própria (60,91%) e habitam com ele de duas a quatro pessoas (70,10%). Na parte profissional a maioria dos alunos está empregada (61,54%). Em se tratando de dado nacional esse número corresponde a 77,6%. No estado de Goiás, parte dos alunos está recebendo de um a três salários mínimos (53,01%) e trabalha oito horas ou mais (48,05) ou simplesmente não possuem jornada fixa (28,71%).

2.1.2 Os professores da EJA no Estado de Goiás

Outro sujeito que merece destaque neste processo é professor. É fundamental que este profissional esteja ciente do perfil do aluno apresentado acima, já que sua metodologia deverá ser diferenciada dos cursos regulares. Com base no documento Série Estado do Conhecimento nº 8 – Educação de Jovens e Adultos (1986 – 1988), que reúne discussões e pesquisas relevantes nesta modalidade de ensino, mostram que as principais conclusões presentes nestes estudos relacionadas à sua prática e formação, demonstram a necessidade de uma formação específica para atuação na EJA.

Geralmente os professores que atuam na EJA precisam aprender na prática a maneira de lidar com esta modalidade quando já estão em sala de aula, pois normalmente nos cursos de licenciatura o ensino para EJA, aparece como uma disciplina optativa, como diz Soares (2008, p.65) “Muitos deles se iniciam, primeiramente, em algum projeto ou programa de EJA, para depois ter uma formação inicial ou continuada nas universidades”.

Outro problema relacionado a este profissional são que trabalham na EJA como uma forma de “bico”, pois geralmente atendem turmas nos períodos matutinos e vespertino e utilizam o período noturno para completar sua carga horária, inviabilizando assim uma formação continuada como o objetivo de aperfeiçoar sua atuação juntamente com este público. Como aponta Soares,

Não temos ainda diretrizes e políticas públicas específicas para a formação do profissional da EJA. A própria identidade desse educador não está claramente definida, encontra-se em processo de construção. É muito raro encontrarmos um educador que esteja atuando somente na EJA. Comumente, deparamos com educadores que atuam, simultaneamente, no ensino fundamental regular diurno e na EJA no noturno. Outros, no ensino médio regular ou mesmo na educação infantil em turno e na EJA no noturno. (SOARES, 2008, p.63)

Para ilustrar o que autor relatou, no estado de Goiás através dos questionários que foram aplicados com os educadores, percebe-se bem essa realidade que este profissional tem em trabalhar em outra modalidade de ensino, pois apenas 10% dos professores não trabalham em outra modalidade além da EJA, 46,76% trabalham no Ensino Fundamental, 27,75% no Fundamental/Médio, 8,68% Médio Seriado, e 1,32% no Ensino Superior. Além disso, quando se perguntaram aos educadores se trabalham em outra instituição, 36,36% responderam que trabalham na Rede Municipal de Ensino, 11,75% na Rede Particular e 3,27% em Universidade/Faculdade.

Tabela 2: Professores que trabalham em outra modalidade de ensino e/ou instituição - Goiás

Questões	Rede/Modalidade	(%)
Você trabalha em outra instituição?	Outros	48,62%
	Rede Municipal de Ensino	36,36%
	Rede particular	11,75%
	Universidade/Faculdade	3,27%
Além da EJA, você trabalha em outra modalidade de ensino?	Ensino Fundamental	46,76%
	Fundamental/Médio	27,75%
	Médio Seriado	8,68%
	Não	10,55%
	Nível Superior	1,32%
	Outros	4,95%

Fonte: GOIÁS, 2010

Esta carga horária longa e exaustiva resulta na dificuldade dos professores receberem os alunos trabalhadores somada ainda de uma deficiência em sua formação inicial. Por isso deve haver um esforço na criação de políticas que garantam que estas formações sejam conciliadas com seu trabalho, pois como mostrou o autor acima, geralmente os professores da EJA trabalham em outras etapas de ensino, assim, não são apenas os alunos que chegam à escola cansados, depois de um dia de trabalho.

..sejam oriundos dos cursos normais ou de faculdades, os professores de ensino noturno não foram preparados para atuar junto à clientela jovem e adulta. Adquirem experiência aprendendo na prática diária de sala de aula, literalmente na base de ensaio e erro. (...) quando o professor atua nos dois segmentos – noturno e diurno -, a tendência dele é transportar para o segmento noturno tudo o que ele faz no diurno, como forma de facilitar seu trabalho. Alguns inclusive defendem esta atitude, alegando elevar o nível dos alunos, já

que o diurno é mais forte, e os alunos vão ter que enfrentar os concursos lá fora. (CRUZ, 1994 APUD, INEP, 2002, p. 34)

Como o autor relata, muitos professores utilizam a mesma metodologia nos cursos regulares para facilitar o seu trabalho, e em fator disso, vários alunos evadem do curso por não haver uma flexibilização no ensino. Entretanto, na própria LDBEN 9.394/96 já alerta para isso no art. 37 parágrafo 1º :

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996)

Um exemplo que pode representar bem este fato, é que as matrículas na rede estadual de ensino vêm sendo reduzida, isto poderá ser observado no tópico 2.2 deste capítulo, quando se analisa concepção e realidade da EJA a partir das metas do PEE/GO. Contudo, não se pode confundir essa flexibilização com uma forma de “facilitar” o ensino, isto será objeto do próximo tópico deste capítulo.

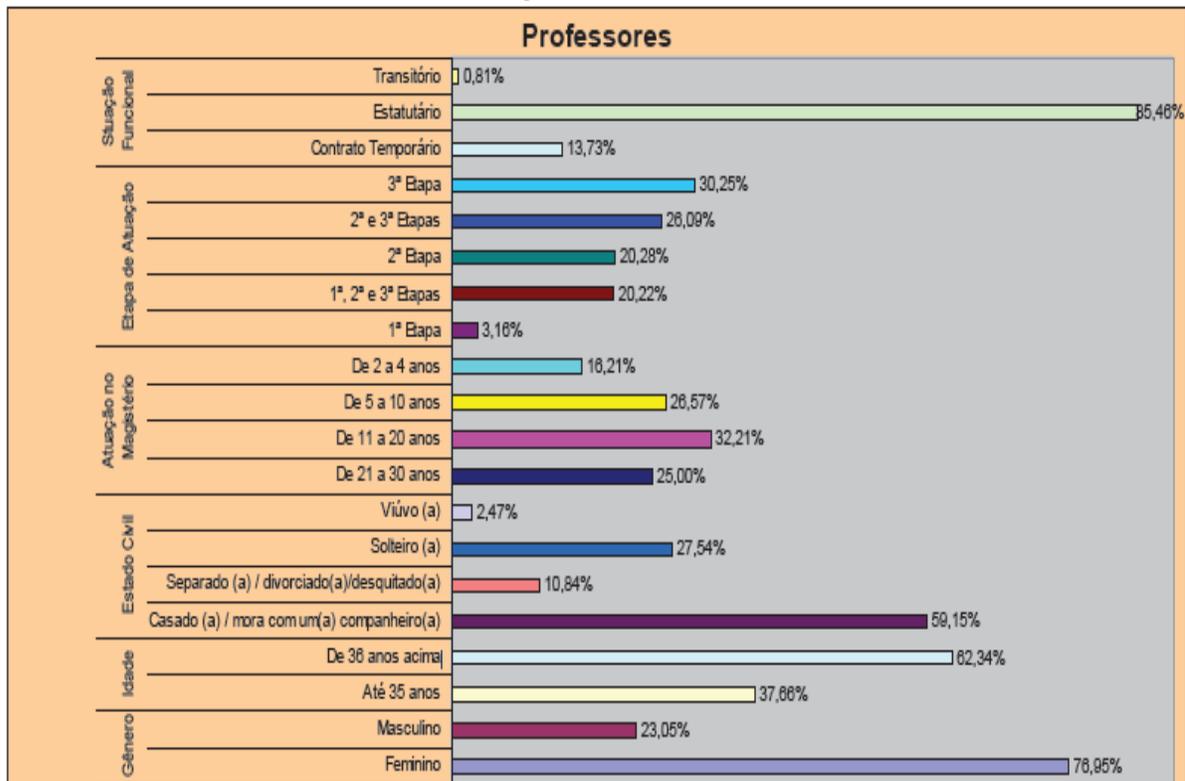
Voltando aos professores, este deve estar atento a metodologia utilizada em suas aulas, pois os alunos “são sujeitos que necessita de uma prática dialógica, atendimento especial por parte de todos os envolvidos na educação. O grupo gestor deve estar comprometido com as ações desenvolvidas na integração da aprendizagem desses educandos”. (GOIÁS, 2010, p.31).

O texto acima é bem representado no diagnóstico que foi realizado a partir dos questionários que foram aplicados aos educadores. Com 3.087 questionários e 1.850 respondidos resultou-se na seguinte análise:

Os professores de EJA, (conforme resultado do diagnóstico aplicado nas unidades escolares das 38 Subsecretarias Regionais de Educação que oferecem essa modalidade de ensino), em sua maioria, são graduados e trabalham nos três turnos com uma sobrecarga de 60 horas semanais, e não são professores exclusivos dessa modalidade. Alguns completam a carga horária em outra unidade escolar, dificultando sua prática docente, não disponibilizando de tempo para participar de todas as atividades desenvolvidas na unidade escolar, como grupo de estudo, trabalho coletivo, socialização de projetos interdisciplinares, debates etc. (GOIÁS, 2010, p.30)

Assim como os alunos a partir dos questionários foi possível traçar o perfil deste profissional. A imagem abaixo possui informações do professor de acordo com gênero, idade, estado civil e situação funcional

Imagem 4: Perfil dos professores da EJA, de acordo com gênero, idade, estado civil e situação funcional



Fonte: GOIÁS, 2010

De acordo com a imagem acima, 76,95% dos professores que atuam na EJA é do sexo feminino, e 23,05% masculino. A faixa etária predominante é de 36 anos acima (62,34%), em relação ao estado civil 59,15% são casados, 10,84% são separados ou divorciados, 27,54% solteiros, e, 2,47% são viúvos. Os que têm predominância na situação funcional são os estatutários ou concursados (85,46%), 13,73% são os que têm contrato temporário, e apenas 0,81% são transitório.

Tabela 3: Formação do professor da EJA - Goiás

Informações	Formação/Tempo de atuação	(%)
Formação	Magistério	1,14%
	Superior incompleto	4,92%
	Superior completo	93,95%
Pós-Graduação	Especialização	96,48%
	Mestrado	2,27%
	Doutorado	0,73%
	Pós-Doutorado	0,51%
Tempo de atuação na EJA	De 0 a 4 anos	59,80%
	De 5 a 10 anos	36,06%
	Acima de 10 anos	4,14%

Fonte: GOIÁS, 2010

Com os dados acima se obtém informações sobre a formação do professor da EJA no estado. Como pode se notar, 93,95% deste profissional tem ensino Superior completo, 4,92% Superior incompleto e 1,14% possuem Magistério. Em se tratando de Pós-Graduação, 96,48% tem Especialização, 2,27% possuem Mestrado, Doutorado 0,73% e Pós-Doutorado 0,51%. Com relação ao tempo de atuação na EJA grande parte já atua nesta modalidade de ensino num período de 0 a 4 anos (59,80%), de 5 a 10 anos 36,06% e acima de 10 anos apenas 4,14%.

Os professores que responderam a estes questionários também sentem a necessidade de uma formação específica para atuação da EJA, também consideram relevantes trabalhar temas como: Sujeito da EJA e processo de aprendizagem; Metodologia e Avaliação da EJA; EJA e o mundo do trabalho na formação continuada (GOIÁS, 2010).

Finalizando esta exposição de alunos e professores percebe-se que estes dois sujeitos têm uma longa e exaustiva jornada de trabalho, o que resulta em certa exigência na flexibilização do ensino, entretanto isto pode acarretar na perda da concepção de EJA vista nas funções de reparação, equalização e qualificadora, pois passa a ter uma visão de aligeiramento dos estudos, o que pode ser observado no tópico 2.3.

2.2 . Concepção e realidade da EJA a partir das metas do PEE/GO

O Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2008 – 2017 (GOIÁS, 2008) foi aprovado pela Assembléia Legislativa e instituído pela Lei Complementar nº 62, de 9/10/2008. Este documento que contém as metas e objetivos da EJA, em âmbito estadual, é resultado de ações e políticas das diversas instituições que formam o Fórum Estadual de Educação, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação.

Conforme o PEE – 2008-2017 (GOIÁS, 2008), o desafio que se coloca no estado de Goiás é ampliação de oferta de vagas para receber jovens e adultos na rede pública de ensino, sendo fundamental garantir meios para realização da educação básica com qualidade. Abaixo estão algumas metas deste documento, em que vão ser analisadas para comprovar se realmente estão sendo cumpridas.

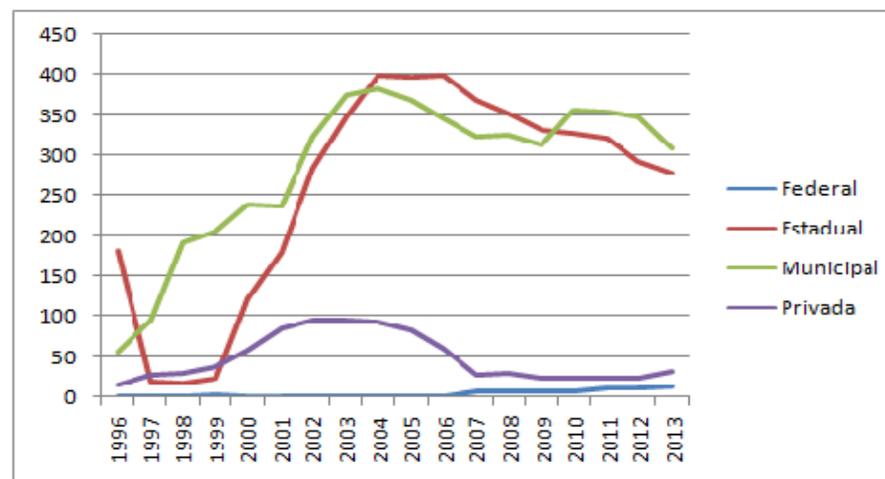
1. Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) correspondente ao ensino fundamental para 50% da população acima de 15 (quinze) anos que não tenha atingido esse nível de escolaridade.
2. Garantir a abertura e manutenção de cursos da EJA em todas as regiões do Estado, prioritariamente naquelas que apresentem baixo índice de desenvolvimento humano e social.
3. Definir diretrizes e ações para a modalidade EJA, de forma a assegurar a permanência e certificação dos estudantes matriculados, atendidas as especificidades locais e regionais. (GOIÁS, 2010, p. 43)

Estas três metas do plano podem ser questionadas a partir de dados que contém o número de estabelecimentos (que representa a garantia, abertura e manutenção de cursos da EJA) ao longo dos anos no estado de Goiás, na esfera Estadual, no período de 1996 a 2013, do número total de matrículas. Com a tabela e o gráfico percebe-se que houve uma queda significativa de estabelecimentos no período entre 2006 e 2013. Em 2006, eram 399 estabelecimentos que oferecia a EJA, e esse número foi reduzindo gradativamente, e em 2013 caiu para 277 estabelecimentos. Ou seja, foram reduzidos 122 estabelecimentos em um período de 8 anos.

Quadro 3: Número de Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (Goiás) – 1996 - 2013

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Federal	1	1	1	2	1	1	1	1	-	-	1	6	6	8	8	12	12	14
Estadual	181	20	17	24	121	180	284	347	398	396	399	368	352	332	327	320	293	277
Municipal	57	96	191	206	238	237	322	374	382	367	345	323	324	312	356	354	347	309
Privada	16	29	31	39	58	85	95	94	93	82	61	28	30	24	25	25	24	32

Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 2002 a 2013

Gráfico 1: Número de Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (Goiás) – 1996 - 2013

Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 2002 a 2013

No PEE – 2008-2017 (GOIÁS, 2008, p.42) é apresentado uma tabela, que segundo o documento representa como o estado de Goiás “tem-se despendido grande esforço para ampliar a oferta de vagas na EJA, o que já se reflete, positivamente, nos últimos dados do censo”. O documento destaca essa ampliação de vagas a partir do aumento de matrículas no período da tabela abaixo.

Imagem 5: Matrícula na Educação de Jovens e Adultos por dependência administrativa (Goiás) – 1999 a 2006

Tabela 3.1 – Goiás: Educação de Jovens e Adultos matriculados por dependência administrativa - 1999-2006

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais com Avaliação de Processo											
Ano	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
1999	45.772	34.001	59	8.248	24.487	1.207	11.771	-	4.899	946	5.929
2000	61.664	42.535	-	14.472	26.772	1.291	19.129	-	9.320	1.442	8.367
2001	91.652	58.053	71	24.988	30.548	2.446	33.599	-	17.105	1.786	14.708
2002	132.005	82.210	70	38.045	41.461	2.634	49.795	-	30.618	1.009	18.168
2003	150.382	89.188	19	41.026	46.497	1.646	61.194	-	43.617	618	16.959
2004	153.967	86.289	-	40.296	44.212	1.781	67.678	-	54.077	771	12.830
2005	139.769	76.076	-	32.856	42.390	830	63.693	-	53.647	939	9.107
2006	123.928	67.029	-	29.360	37.029	640	56.899	32	50.642	1060	5.165
%Δ1999 a 2006	170,8	97,1	-	256,0	51,2	-47,0	383,4		933,7	12,1	-12,9

Fonte: MEC/INEP 2008

Fonte: GOIÁS, 2010

Entretanto, esses dados da imagem acima podem ser contestados com o número total de matrículas durante o período de 2002 a 2013 (Goiás), pois a partir de 2006 (último ano destacado na tabela acima) houve uma redução significativa de matrículas na rede estadual de ensino, como pode ser observado na tabela e no gráfico abaixo.

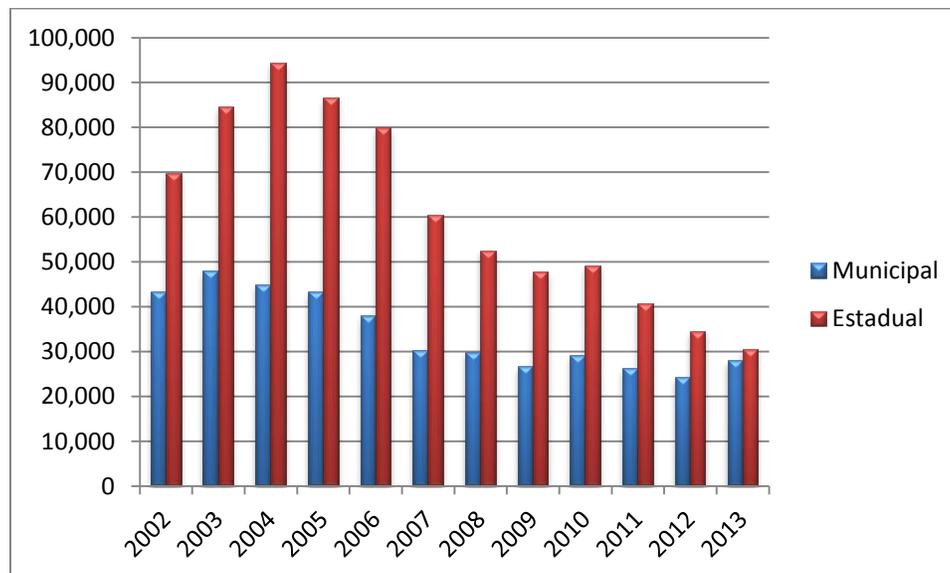
Quadro 4. Número total de Matriculados na EJA nas redes Estadual e Municipal de ensino no estado de Goiás*

Anos	Municipal	Estadual
2002	43.355	69.731
2003	48.022	84.671
2004	44.983	94.373
2005	43.329	86.503
2006	38.089	80.002
2007	30.339	60.555
2008	29.911	52.536
2009	26.621	47.687
2010	29.204	49.229
2011	26.288	40.786
2012	24.188	34.530
2013	28.018	30.568

Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 2002 a 2013

*Nota explicativa: Nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 são diferentes da imagem acima são diferentes por que se referem somente aos cursos presenciais, já no Quadro 3 os dados se referem ao número total de matriculados na EJA.

Gráfico 2: Número de Matrículas na EJA por dependência Administrativa – 2002 - 2013



Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 2002 a 2013

Como foi observado no quadro 4 e no gráfico 2, desde 2004 o número de matrículas na EJA, em se tratando da rede estadual de ensino, vem sendo reduzido drasticamente. Apesar de ter acontecido um pequeno aumento no ano de 2009 (47.687) para 2010 (49.229), a redução que ocorreu no período de 2004 a 2013 é drástica, pois este número caiu de 94.373 para 30.568 respectivamente, revelando uma realidade caótica desta modalidade de ensino no estado,

Para elucidar melhor a realidade de redução da matrícula da EJA em Goiás, vamos tomar como exemplo o que ocorreu com esta redução na capital. Estes dados do município de Goiânia abarcam as redes Federal, Municipal, Estadual e Privada.

Quadro 6: Matrícula - Ensino Fundamental EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013

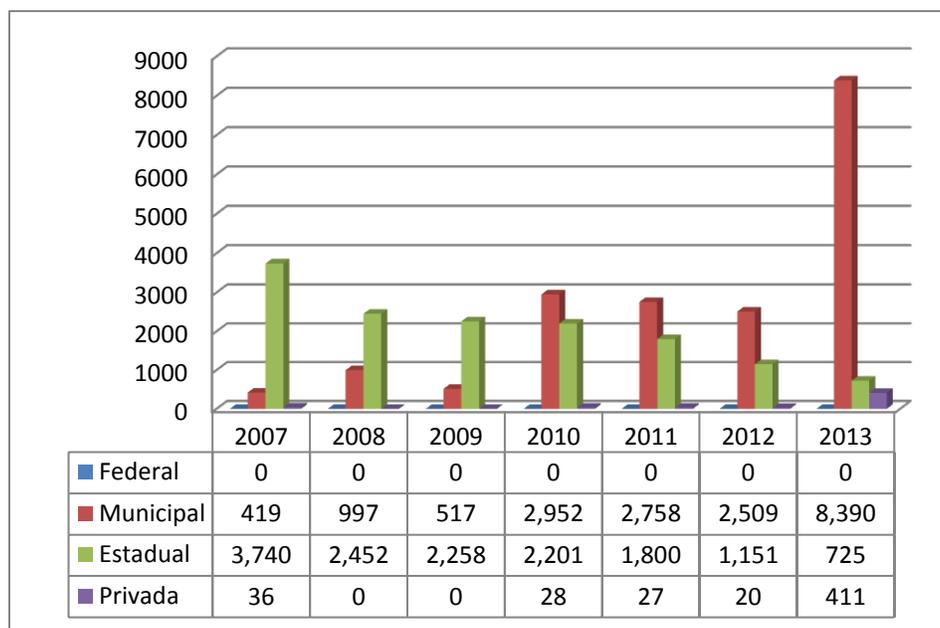
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Federal	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	419	997	517	2.952	2.758	2.509	8.390*
Estadual	3.740	2.452	2.258	2.201	1.800	1.151	725
Privada	36	0	0	28	27	20	411

Fonte: INEP/ Censo Escolar – 2007 a 2013

*Nota: o aumento do número de alunos da EJA municipal em 2013 não se configura matrícula nova, mas a transferência de matrícula de alunos do ensino regular noturno em Goiânia para a modalidade EJA.

Com o quadro 6, percebe-se que a matrícula no Ensino Fundamental da EJA na Rede Estadual de Ensino, especificamente, no município de Goiânia, reduziu drasticamente no período entre 2007 a 2013. Em 2007 era 3.740 matriculados, no ano de 2008 era 2.452; em 2009 o número de matrícula foi 2.258. Em 2010 foram matriculados 2.201 alunos, em 2011 1.800. No ano de 2012 este número caiu para 1.151, e em 2013 esta redução foi mais significativa, pois matricularam apenas 725 alunos, o que deveria representar uma iniciativa de municipalização. Isto pode ser demonstrado um pouco melhor no gráfico abaixo.

O gráfico ainda indica um aumento significativo de matrículas na rede privada, pois em 2012 eram 20 alunos matriculados e em 2013, esse número subiu para 411, que pode estar vinculado a adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino e ao Emprego (Pronatec), por parte, por exemplo, do sistema S. Todavia, esta pesquisa não pôde comprovar esta hipótese.

Gráfico 4: Matrícula - Ensino Fundamental EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013

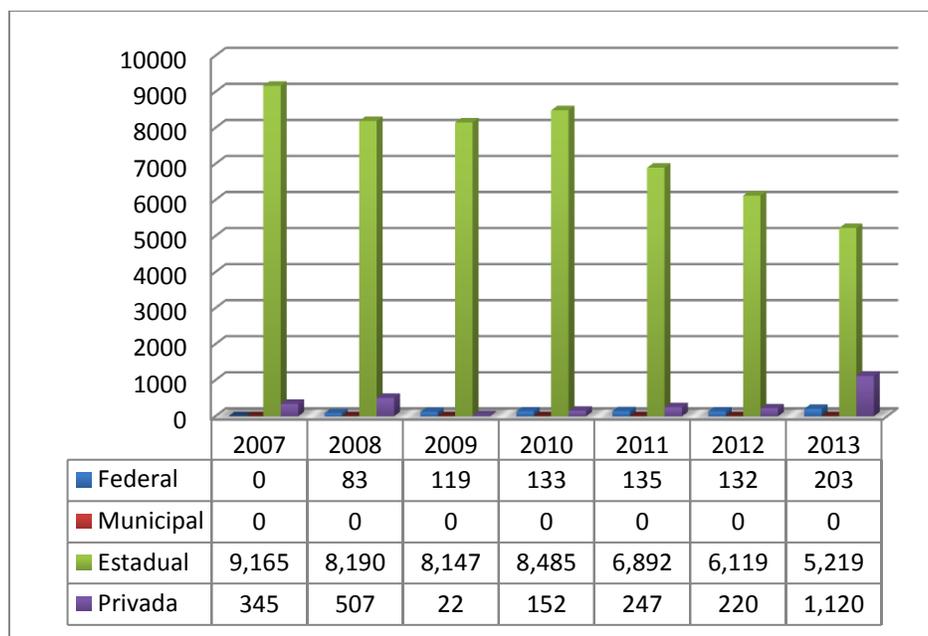
Fonte: INEP/Censo Escolar – 2007 a 2013

Quadro 7: Matrícula – Ensino Médio EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Federal	0	83	119	133	135	132	203
Municipal	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	9.165	8.190	8.147	8.485	6.892	6.119	5.219
Privada	345	507	22	152	247	220	1.120

Fonte: INEP/Censo Escolar – 2007 a 2013

A matrícula da EJA no Ensino Médio é relativamente maior, pois a Seduc – GO é responsável por esta etapa de ensino no estado. Entretanto, este fato não impossibilitou a redução de matrícula na EJA em Goiânia. Como pode ser observado acima, em 2007 eram matriculados 9.165 alunos, e em 2013 este número caiu para 5.219. Esta redução pode ser representada no gráfico a seguir.

Gráfico 5: Matrícula – Ensino Médio EJA Presencial (Goiânia) – 2007 a 2013

Fonte: INEP/Censo Escolar – 2007 a 2013

Além, dos dados de matrícula pode-se questionar também as metas do PEE – 2008-2017 a partir dos questionários aplicados aos professores, com relação à capacitação dos profissionais que atuam na EJA e formação continuada. As metas a seguir se referem especificamente à necessidade de capacitar os profissionais por meio da educação continuada.

8. Capacitar professores, coordenadores pedagógicos e diretores em cursos que possibilitem uma compreensão efetiva da EJA, com distribuição por pólos regionais. Capacitar professores, coordenadores pedagógicos e diretores em cursos que possibilitem uma compreensão efetiva da EJA, com distribuição por pólos regionais.

10. “Garantir aos professores, diretores e pessoal técnico-educacional das escolas com EJA, acesso aos programas de educação continuada para aperfeiçoamento de sua prática pedagógica, utilizando recursos da educação a distância” (BRASIL, 2010, p.44).

Estas duas metas podem ser debatidas com o número de funções docentes entre o período de 1996 a 2013, pois se um dos objetivos do estado é capacitar professores para EJA, então há de se indagar: Porque há uma redução de número desses profissionais para esta modalidade de ensino durante este período? Antes disto, apresento uma tabela que se refere ao questionário que foi feito para professores da EJA . Conforme o PEE – 2008-

2017 (GOIÁS, 2008) este questionário foi proposto para 3.087 professores, sendo que 1.850 responderam questões relacionadas ao trabalho do professor e o relacionamento com o educando, entre elas está a questão a seguir. Nas metas acima, objetivo é capacitar os professores e oferecer educação continuada, mas ao analisar o questionário percebe-se que mais da metade dos professores que responderam as questões não receberam esta capacitação tão necessária para atuar no ensino da EJA.

Imagem 6: Formação Continuada de professores (Goiás)

Você recebeu alguma formação específica para trabalhar com EJA? Por qual instituição?	Não recebi formação continuada	54,24%
	Outros espaços formativos	13,73%
	Pela SEDUC	12,51%
	Por meio de participação em atividades promovidas pelo Fórum de EJA	9,04%
	Por meio de simpósios, seminários, oferecidos por instituições de Ensino Superior	10,47%

: Fonte: Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes da educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás*. Goiânia, 2010

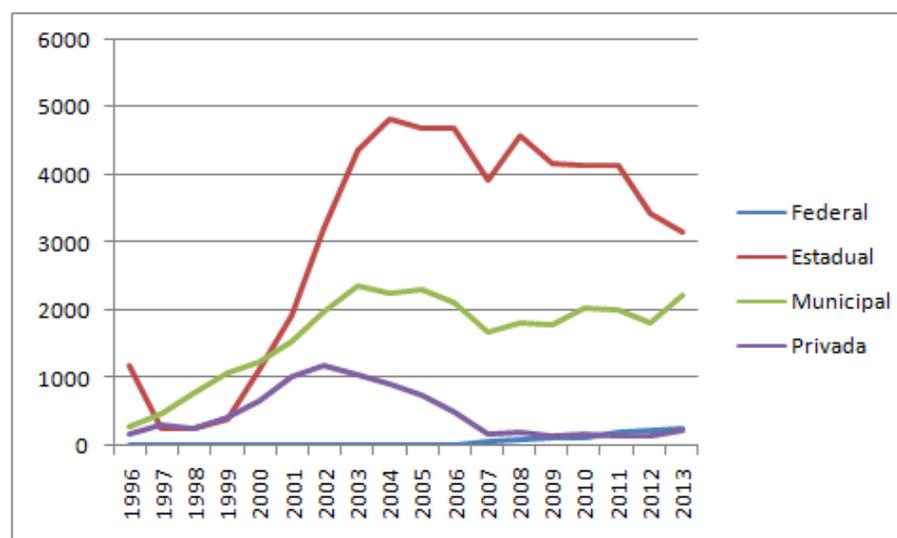
Como pode ser observado na imagem acima, 54,24% dos professores não receberam formação específica para trabalhar com EJA, e apenas 12,51% receberam esta formação pela Seduc – Go, 13,73% por outros espaços formativos, 9,04% por meio de participação em atividades promovidas pelo Fórum de EJA, e 10,47% por meio de simpósios, seminários, oferecidos por instituições de Ensino Superior. Com estes dados percebe-se que a oitava e a décima quinta meta do plano não estão sendo cumpridas. E isto se confirma quando deparamos com o número de funções docentes na EJA – Goiás, pois se a meta é capacitar professores, porque está havendo uma redução na quantidade desses profissionais? É o que mostra o quadro e o gráfico abaixo.

Quadro 8: Número de Funções Docentes na Educação de Jovens e Adultos por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação (Goiás) – 1996 a 2013

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Federal	1	2	1	12	3	8	9	8	-	-	3	48	79	128	128	201	240	271
Estadual	1.182	248	248	387	1.120	1.933	3.209	4.357	4.833	4.702	4.703	3.929	4.580	4.181	4.139	4.156	3.440	3.168
Municipal	272	467	765	1.083	1.237	1.547	1.989	2.365	2.267	2.298	2.120	1.686	1.809	1.779	2.022	2.003	1.819	2.235
Privada	174	326	268	422	659	1.003	1.177	1.052	907	749	511	166	211	155	192	159	152	245

Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 1996 a 2013

Gráfico 6: Número de Funções Docentes na EJA (Goiás) – 1996 a 2013



Fonte: INEP/Sinopses da Educação Básica – 1996 a 2013

Com o quadro e o gráfico acima, percebe-se que houve uma queda no número de Funções Docentes no período de 2008 a 2013. Em 2008 esse número era de 4.580, em 2009 4.181, em 2010 4.139. Em 2011, houve um pequeno acréscimo, pois este número subiu para 4.156. Entretanto, nos anos de 2012 e 2013 houve uma queda significativa, atingindo 3.440 e 3.168 respectivamente, o número de funções docentes na EJA.

Com estas informações é possível concluir que as ações da Seduc - GO para com o jovem adulto trabalhador vem sendo reduzida, diferentemente o que mostra nos documentos oficiais como foi apresentado no capítulo 1. Como o objetivo do capítulo era apresentar se a EJA está se efetivando como ação de integração sociocultural, percebe-se que isto não está sendo realizado após analisar os dados de matrícula, funções docentes, estabelecimento, pois ao invés de ampliar as vagas e ofertas para esta demanda o que se verifica é uma redução desses números.

2.3. Concepção e realidade da EJA veiculado nas propagandas

Será apresentado neste tópico, as concepções de EJA presentes em propagandas de instituições que oferecem vagas de conclusão da Educação Básica para jovens e adultos trabalhadores. As imagens abaixo foram tiradas nas principais avenidas de Goiânia, com o objetivo de analisar se o que eles oferecendo se efetiva com qualidade.

A autora Zanetti (2008), no artigo “Reflexões sobre a Formação de Educadores de Jovens e Adultos em Redes de Ensino Públicas”, traz uma reflexão a cerca da necessidade de constituir formas curriculares flexíveis que considere as condições de trabalho deste público, pois o currículo utilizado no ensino regular não é o mais adequado para a EJA. Segundo a autora,

A educação de jovens e adultos enfrenta preconceitos e ignorâncias porque foge às regras da educação regular, tradicionalmente estabelecida nos sistemas de ensino. (...) além disso, exige dos sistemas respostas organizativas diferentes para a sua incorporação aos processos de escolarização. Isso implica, muitas vezes, organizar um currículo flexível que garanta o ingresso a qualquer tempo, que lide com interrupções dos processos de escolarização ao longo do ano letivo, devido às condições, por exemplo, de trabalho e de saúde dos educandos. O trabalho pedagógico em EJA deve considerar, portanto, os conhecimentos adquiridos pelos estudantes nas suas histórias de vida, antes e para além da escolarização. (ZANETTI, 2008, p.79)

Entretanto, é necessário ter certo receio ao se trabalhar flexibilização dos currículos pra atender as necessidades dos educandos, pois o processo de escolarização desses indivíduos poderá cair em concepções imediatistas (resultados imediatos), assistencialistas e de suprimento, como a própria autora já aponta: “pensar um tempo curricular para a educação de jovens e adultos, diferente daquele estabelecido para o chamado ensino regular, não é considerá-lo como, preconceituosamente se põe, uma formação menor e aligeirada (ZANETTI, 2008, p.80).

Apesar deste apontamento, com o objetivo de facilitar o acesso do aluno trabalhador de conseguir o diploma de conclusão da Educação Básica, algumas instituições privadas deixam de lado as concepções de EJA destacada no Parecer 11 (BRASIL, 2000a) – reparadora, equalizadora e permanente -, e passam a preocupar apenas em suprir de forma aligeirada este processo, visando apenas o diploma. Como mostra na imagem abaixo:

Imagem 7: Propaganda EJA – 2º Grau no setor de Campinas



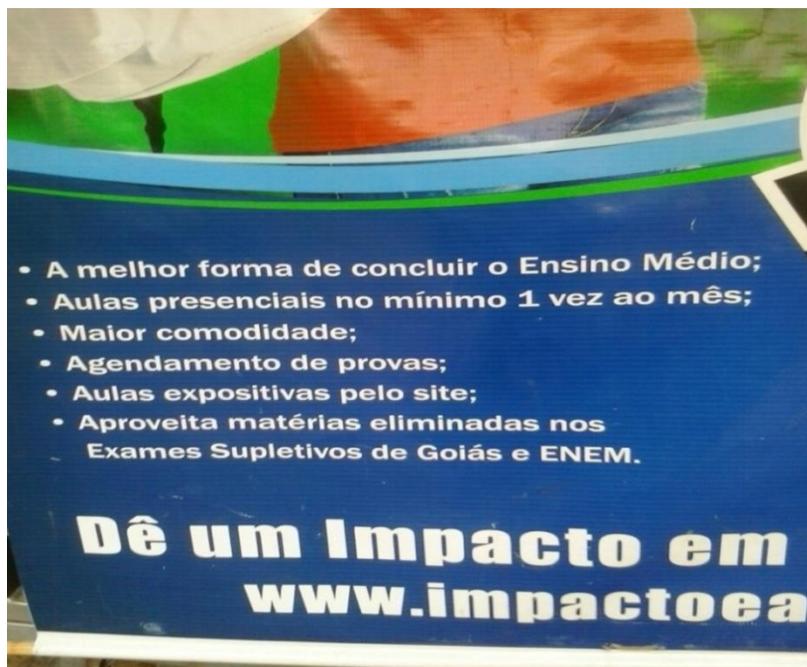
Fonte: foto tirada pela autora

Este anúncio foi encontrado na Av. 24 de Outubro, no Setor Campinas – Goiânia, com localização privilegiada, pois há uma grande movimentação de pessoas nesta região. Pelo o anúncio percebe-se que o instituto Intepec não está preocupado em

oferecer uma escolarização de qualidade, pois na própria propaganda já diz : “á distância/rápido”. E isto se constata quando entra em contato com o número de telefone disponibilizado na faixa, pois a atendente passa as seguintes informações: o único requisito é ter mais de 21 anos, independente se tem o Ensino Fundamental incompleto; o valor da inscrição é de \$ 1.500 reais, e após 2 meses o candidato inscrito fará a prova, a média para a aprovação é 6.0 e se aprovado o candidato estará com diploma em mãos após 4 (quatro) meses. E uma última informação é que eles não fornecem o material de estudo.

Outros exemplos dessa concepção de EJA como forma de aligeiramento do processo de escolarização estão presentes nas imagens abaixo. Ambas as escolas se encontram na Av. Goiás no Setor Central de Goiânia. As escolas são vizinhas uma da outra. Nos dois casos é cobrado um valor que somando as parcelas podem passar de \$ 2.000. As escolas não visam a formação intelectual do aluno, mas apenas uma preparação para a realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em ambos os casos pode-se ainda fazer uma crítica a divulgação dos cursos, pois não fica claro este ser apenas uma preparação para o ENEM e leva a acreditar ser ele um curso de EJA.

Imagem 8: Colégio de Ensino Supletivo Impacto



Fonte: Foto tirada pela autora

Como já é destacado no anúncio, a instituição se preocupa em oferecer: a melhor forma de concluir o Ensino Médio; aulas presenciais no mínimo 1 vez ao mês; maior comodidade; agendamento de provas; aulas expositivas pelo site; e aproveita matérias eliminadas nos Exames Supletivos de Goiás e ENEM. Com estas características percebe-se que a instituição não visa oferecer um ensino de qualidade, mas uma melhor opção de concluir o Ensino Médio.

Imagem 9: Propaganda do Colégio Evident



Fonte: Foto tirada pela autora

Este estabelecimento apresenta logo na fachada o seguinte anúncio “Conclua Ensino Fundamental e Médio em 1 ano. Ao se deparar com este anúncio, a primeira impressão é que após de 1 ano de estudo você está com diploma em mãos, mas na verdade é uma “jogada” para chamar a atenção da clientela, pois se refere apenas em um preparatório para o Enem como uma forma de conclusão do Ensino Médio. Mas quando se entra em contato com a instituição eles te colocam a par da situação, isto é o mostra o panfleto a seguir.

Imagem 10: Panfleto do Colégio Evident



Preparatório Ensino Médio / ENEM

Duração: 1 ano

Aulas 1x por semana

Horários: Manhã 8:00 as 11:35

Noite 18:50 as 22:00

Matérias:

- 1) Português, Artes, Inglês, Ed. Física,
- 2) Matemática
- 3) História, Geografia, Filosofia, Sociologia.
- 4) Redação
- 5) Biologia, Química, Física.

BENEFÍCIOS

Simulados

Aulas presenciais

Material Incluso

Média 4,5

(seguro aprovação) 80% frequência do aluno

**Certificado emitido pela Secretaria de Educação de Goiânia,
reconhecido pelo MEC.**

Valor Promocional:

1+ 12 de R\$ 215,00

J - 215,00

11 - 180,00

3092 - 5444

11 -

Fonte: Foto tirada pela autora

Imagem 11: Anúncio de EJA Jornal Daqui

**TERMINE O 2º GRAU
EM 03 MESES**

**NÃO IMPORTA EM QUE ANO VOCÊ
PAROU DE ESTUDAR, BASTA SER
MAIOR DE 18 ANOS.**

**CERTIFICADO EMITIDO PELA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - MEC**

**BOLSAS COM DESCONTO
PARA OS PRIMEIROS
INSCRITOS**

**VAGAS
LIMITADAS!**

**PREPARE-SE TAMBÉM
PARA O PRONATEC**

**GOIÂNIA:
AV. GOIÁS - CENTRO
(62) 3945-2020**

**AP. DE GOIÂNIA:
AV. SÃO PAULO - V. BRASÍLIA
(62) 3085-2919**

Fonte: anúncio do Jornal Daqui/06/11/2014

Este anúncio foi encontrado em um jornal de circulação (Jornal Daqui) da cidade de Goiânia, com a seguinte referência: Ano 7 nº 2214 p. 08. Pelo o que está escrito no anúncio, fica claro de que a intenção é de “vender certificados”, pois destaca a seguinte informação: “Termine o 2º grau em 03 meses não importa em que ano você parou de estudar, basta ser maior de 18 anos”. A instituição ainda oferece bolsas para os primeiros inscritos. Outra informação que merece ser destacada é que o anúncio foi publicado em um jornal cujo leitor na sua maioria é de baixa renda, pois é vendido por apenas 0,75 centavos (mas era vendido por 0,50), além de ser encontrado em lugares de fácil acesso, como panificadoras, supermercados, terminais de ônibus.

Com as imagens acima, é possível perceber que a EJA na cidade de Goiânia tem sido vista como uma forma de aligeiramento, objetivando alcançar apenas uma meta: certificado de conclusão da educação básica, diferente da concepção apresenta nos documentos oficiais, em que parte das funções reparadora, equalizadora e permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da educação de adultos é bastante antiga, pois devido às altas taxas de analfabetismo, em 1930 já surgiram as primeiras ações para tentar minimizar essa situação. Como foi visto nesta monografia, a história EJA foi construída em meio a grandes lutas populares para que os indivíduos que tiveram um direito constitucional negado fossem reparados desta grande perda. Uma dessas lutas foram demonstradas na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Ceea (1947). Outra campanha que também merece destaque aqui foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (1967)

No decorrer dos anos foram surgindo várias ações com o objetivo de atingir este público, entretanto todas com a ideia de suprimento, ou seja, de suprir as necessidades deste sujeito, e de não considerar a hipótese de que a eles foram negado um direito. Já com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (Ldben), a educação de adultos passa a vigorar uma nova fase, pois a educação torna-se direito de todos, além de ser dever do Estado oferecer o acesso ao ensino fundamental e médio aos que tiveram oportunidade de concluir na idade indicada. Dessa forma, a oferta de escolarização para estes sujeitos deixa de ter aquela visão de suprimento/compensação e passa a ser vista como reparação, equidade e qualificadora.

Esta breve contextualização foi importante para se perceber o quanto foi difícil chegar a esta fase da EJA, que hoje é até reconhecida como uma modalidade de ensino. Apesar disso, o que se percebe no estado de Goiás, é um retrocesso destas conquistas que foram conseguidas no decorrer dos anos, por esforços de intelectuais e populares. Isto foi possível porque o objetivo geral desta monografia era de analisar a oferta da escolarização para jovens e adultos trabalhadores pela Secretaria Estadual de Educação – GO no período de 1996 a 2013 compreendendo a relação entre oferta e a demanda de escolarização para este público no estado de Goiás.

Um dos objetivos desta monografia era de contextualizar o atendimento da Seduc – GO para escolarização de jovens e adultos trabalhadores no estado de Goiás, isto alcançado através de documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação de Goiás -

Seduc - GOem que apresentava projetos e ações do governo para com este público. Entretanto, ao analisar esta oferta foi possível perceber que não se condizia com a realidade da EJA no estado.

Outro objetivo desta monografia era de identificar se a Educação de Jovens e Adultos – EJA está se efetivando, no estado de Goiás, como ação de integração sociocultural, a partir da análise de matrículas da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC - GOe da demanda potencial para essa escolarização. Com os dados apresentados no capítulo 2 foi possível compreender que a EJA não está se efetivando como ação de integração sociocultural, pois ao invés de ampliar suas ações estão reduzindo.

Isto foi constatado nos dados dos Estabelecimentos da EJA no período entre 1996 a 2013, onde há uma redução significativa de escolas que oferecem cursos nesta modalidade de ensino da educação básica. Outro fator constatado foi o número de Funções Docentes no estado, em que foi reduzindo gradativamente ao longo dos anos. Esta redução é mais acentuada quando foram apresentados os dados de matrícula, tanto do estado quanto no município de Goiânia.

Por último, com estes dados coletados foi possível identificar que as metas previstas no PEE (GOIÁS, 2008) não estão sendo alcançadas. Por isso, foi possível dizer que ao invés de o estado avançar em relação às conquistas desta modalidade de ensino, está retrocedendo, pois o que é apresentado no plano para a EJA não está condizente com os dados que foram apresentados no capítulo 2, além de contradizer com informações dos documentos oficiais presentes no capítulo 1. Dessa forma, a pesquisa documental e bibliográfica apresentada no primeiro capítulo não corresponde a realidade do que foi encontrado nos dados trabalhados pelo levantamento estatístico.

Foi também, possível concluir que a concepção de EJA veiculadas nas propagandas era de aligeiramento diferente do que é apresentado nas Diretrizes e no PEE, pois nos recursos iconográficos que utilizei para esta pesquisa muitos deles diziam concluir o ensino médio em 1 ano, ou até mesmo em 11 meses. Entretanto, todos eles se referiam somente a uma preparação do Enem, e não apresentando assim, as funções da EJA que está presente nos documentos oficiais.

Não foi possível de verificar nesta pesquisa o porquê destes números, por isso para futuras pesquisas será fundamental investigar o real motivo desta redução de ações e políticas para o jovem, adulto trabalhador no estado. Também pode entrar como uma futura pesquisa, se esta ausência de ações se deve ao fato de o Enem ter aderido como um exame conclusão do ensino médio.

Com esta monografia compreendi que o conhecimento nunca está acabado, pois sempre haverá algo há ser investigado que será de grande importância para o campo da educação. Por fim, acredito que é fundamental investigar sempre se este direito que é garantido por lei está sendo cumprido, pois foi possível compreender nesta monografia que o está no papel nem sempre está sendo efetivado e realizado pelo governo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 julho. 2014.

_____. Congresso Nacional *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 20 julho. 2014.

_____. Constituição Política do Império do Brasil *Carta de Lei de 25 de Março de 1824*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

_____. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 11, 7 de Junho de 2000a*. Brasília: CNE/CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf

_____. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Resolução nº 1, 05 de Julho de 2000b*. Brasília: CNE/CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 1 julho. 2014

_____. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 699, 6 de Julho de 1972*.

GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. *Parecer 260, 18 de novembro de 2005a*. Goiânia.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 260, 18 de novembro de 2005b*. Estabelece normas para a educação de jovens e adultos.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Parecer 257, 09 de agosto de 2002, Goiânia*.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 993, de 20 de fevereiro de 1973*. Fixa as normas para realização de Exames Supletivos ao nível de ensino do 1º e 2º graus no estado de Goiás.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 1.170, de 14 de março de 1974*. Autoriza, em caráter condicional, o funcionamento e a implantação do Centro de Estudos Supletivos de Goiânia e dá outras providências.

_____. *Lei Complementar nº 26, 28 de Dezembro de 1998*. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do estado de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/1998/lei_complementar_n26.htm. Acesso em: 20 maio. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes da educação de Jovens e Adultos*

do Estado de Goiás. Goiânia, 2010.

_____._____.Superintendência de Educação a Distância e Continuada. Projeto de Educação Continuada: Alfabetização para todos. Goiânia, 2003.

LOURENLO FILHO, M.B. Campanha de Educação de Adultos. In: *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília v. 11 n.29, p.62-68, jul./agosto 1947.

MACHADO, Maria Margarida. *A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990*. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001

OLIVEIRA, Ametista Nunes. A escola noturna: um obstáculo ou uma esperança para o aluno trabalhador? In: *Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília – MEC/Inep, 2002.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. Edições Loyola (4ªed.), São Paulo, 1987.

SOARES, Leôncio. Avanços e Desafios na Formação do Educador de Jovens e Adultos. In: *Formação de Educadores de Jovens e Adultos II Seminário Nacional*. Brasília: Secad/MEC, Unesco, 2008

ZANETTI, Maria Aparecida. Reflexões sobre a formação de educadores de jovens e adultos em redes de ensino públicas. In: *Formação de Educadores de Jovens e Adultos II Seminário Nacional*. Brasília: Secad/MEC, Unesco, 2008

ANEXOS

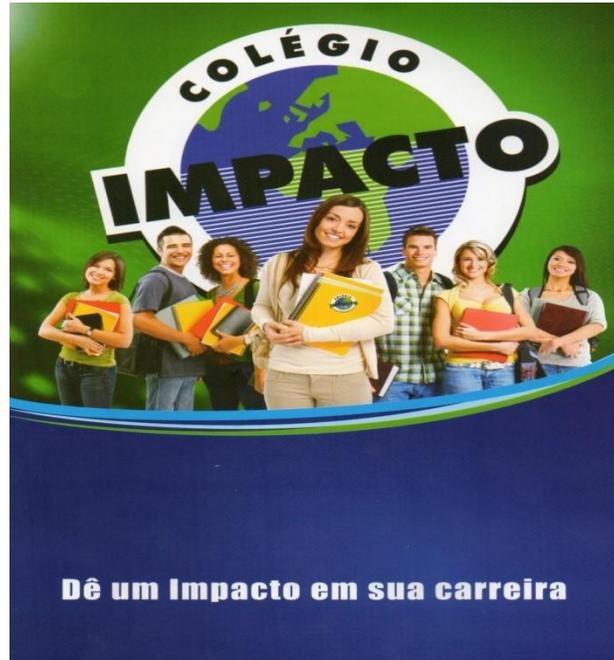
ANEXO I

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO II

IMAGENS

Folder do Colégio Impacto



Fonte: foto tirada pela autora

Panfleto do Colégio Impacto

 A two-page flyer for Colégio Impacto. The top left section is titled 'Ensino a distância. De longe, a sua melhor opção.' and shows a woman pointing at a laptop. The top right section is titled 'Supletivos Ensino de qualidade superior' and shows a group of students. A central banner reads 'ESCOLHA'. Below this, a circular seal says 'CONSELHO ESTADUAL RECONHECIDO REGISTRO Nº 12.121 DE EDUCAÇÃO'. The bottom left section is titled 'Agora você já pode ter um futuro melhor.' and lists benefits of distance learning. The bottom right section is titled 'Completa Estrutura de Ensino' and lists various facilities like a library, computer lab, and video room. The website 'www.impactoead.com.br' is at the bottom left.

Ensino a distância.
De longe, a sua melhor opção.

Supletivos
Ensino de qualidade superior

ESCOLHA

- Ensino Médio em 1 ano e 10 meses
- Supletivo por Disciplina Presencial (depende do material eliminado no Provedor e ENEM)

CONSELHO ESTADUAL RECONHECIDO REGISTRO Nº 12.121 DE EDUCAÇÃO

Agora você já pode ter um futuro melhor.
Você que ainda não concluiu o ensino médio, o Colégio Impacto oferece as últimas tendências em educação: **ENSINO MÉDIO A DISTÂNCIA.**

É isso mesmo!
O **ENSINO MÉDIO A DISTÂNCIA** é a sua grande oportunidade de concluir o ensino médio, de forma supletiva, sem sair de casa, podendo ainda aproveitar as matérias eliminadas nos exames supletivos de Goiás.

De onde você estiver, acesse:
www.impactoead.com.br

- A melhor forma de concluir o ensino médio;
- Aulas presenciais no mínimo 1 vez ao mês;
- Maior comodidade;
- Agendamento de provas;
- Aulas expositivas pelo site;
- Aproveita matérias eliminadas nos Exames Supletivos de Goiás.

Completa Estrutura de Ensino

- ☑ Biblioteca com Internet
- ☑ Espaço de Convivência
- ☑ Laboratório de Ciências
- ☑ Rádio Escola
- ☑ Feira Cultural
- ☑ Sala de Vídeo

Biblioteca Multimídia Salas Culturais Laboratório de Ciências

Fonte: foto tirada pela autora